



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MPPGAV
MESTRADO PROFISSIONAL

MYLEID RAFAELE DE LUCENA

**AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE A
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG**

João Pessoa - PB
2020

MYLEID RAFAELE DE LUCENA

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE A
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – MPPGAV, Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

Orientador: Prof. Dr. José Jassuípe da Silva
Morais

João Pessoa - PB
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L935a Lucena, Myleid Rafaele de.

Avaliação da educação superior: um estudo sobre a acessibilidade arquitetônica da Biblioteca Central da UFCG / Myleid Rafaele de Lucena. - João Pessoa, 2020. 109 f. : il.

Orientação: José Jassuípe da Silva Moraes.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação Superior - Avaliação. 2. Acessibilidade arquitetônica. 3. Biblioteca universitária - Acessibilidade. 4. Universidade Federal de Campina Grande. I. Moraes, José Jassuípe da Silva. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378 (043)

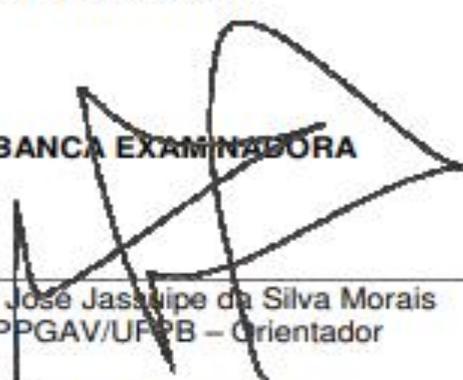
MYLEID RAFAELE DE LUCENA

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE A
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – MPPGAV, Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

APROVADA EM: 21 de Setembro de 2020

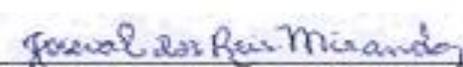
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Jassipe da Silva Moraes
MPPGAV/UFPB – Orientador

de Oliveira

Profa. Dra. Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra
MPPGAV/UFPB – Avaliador Interno



Prof. Dr. Joseval dos Reis Miranda
PROFLETRAS/UFPB – Avaliador Externo

Dedico este trabalho às mulheres mais fortes que conheço: minhas avós, Irene (*in memoriam*) e Francisca, e minha mãe Valdineide.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha imensa gratidão, primeiramente, a Deus, pois vejo e sinto seu cuidado, tão presente, em todos os momentos da minha vida, concedendo-me saúde e força para trilhar esta jornada.

Sou muito grata aos meus pais, Valdineide e Manoel, que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, me dedicaram amor, compreensão e incentivo em todos os meus projetos.

Ao meu irmão, Daniel, pelo apoio incondicional e por me lembrar, sempre, que somos capazes de alcançar nossos objetivos.

Ao meu companheiro, Bruno, por acreditar em mim e me motivar a seguir em frente. Obrigada pela dedicação diária, pelo auxílio com as correções necessárias para este trabalho e, principalmente, pelo amor que é combustível na vida!

À minha prima, Christiane, por me hospedar, com tanto carinho, todas as vezes em que precisei me deslocar para as aulas do mestrado em João Pessoa.

À minha cunhada, Thayná, que foi meu suporte na etapa para qualificação dessa pesquisa, por vibrar a cada conquista minha, como se dela fosse.

Aos meus amigos, que tornam a vida mais leve, por partilharem comigo alegrias e dissabores e estarem sempre presentes, apesar da distância geográfica.

À psicóloga Marília, por me escutar, me ensinar a valorizar os processos e a enfrentar as situações “apesar de”.

Ao meu orientador, professor Jassuípe, pela paciência e encorajamento imprescindíveis à realização deste trabalho.

À UFCG, por possibilitar a realização desta pesquisa. Que ela possa, de alguma forma, contribuir para a nossa estimada instituição. E ao diretor do Sistemoteca, Jesiel, que atendeu, prontamente, ao pedido de aceite para que esse trabalho fosse realizado.

À UFPB, pela oportunidade de aprendizados e experiências. Aos queridos professores do MPPGAV, por compartilharem seus conhecimentos e habilidades conosco, de forma brihante.

Aos meus colegas da turma 4, que tive a oportunidade de conhecer e que tanto me inspiraram a concluir esta etapa.

A todos vocês, muito obrigada!

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. É porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo geral analisar as condições de acessibilidade arquitetônica da Biblioteca Central da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), baseado nos critérios de avaliação da dimensão de infraestrutura do SINAES. Além da legislação específica acerca da avaliação da educação superior no Brasil e da acessibilidade, o embasamento teórico contemplou, entre outros, os estudos de José Dias Sobrinho (2018), Dilvo Ilvo Ristoff (2016) e Romeu Sasaki (2010). Quanto a sua abordagem, a presente pesquisa foi do tipo qualitativa, de natureza aplicada, descritiva em relação aos seus objetivos e empregou, como técnicas de produção de dados, a pesquisa documental e a observação direta. A pesquisa documental foi direcionada ao estudo dos Relatórios de Autoavaliação Institucional (RAAI's 2013-2015) elaborados pela Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Campina Grande, do PDI da UFCG (2014-2019), da Portaria nº 40/2013, do MEC, onde consta o Parecer CNE/CES nº. 235/2012 sobre o Recredenciamento Institucional, bem como da documentação iconográfica, por meio de fotografias, que identificaram a infraestrutura física da BC, comparadas ao disposto na ABNT NBR 9050:2020. Os resultados do estudo demonstraram que, em muitos aspectos, a BC não dispõe de acessibilidade arquitetônica em atendimento a referida norma. Foi possível perceber a falta de sinalização, visual e tátil, em todo o prédio; a ausência de banheiros acessíveis; a instalação de corrimãos de forma incorreta, sem as duas alturas; a falta de guarda-corpos nas escadas; a ausência de indicação de acessibilidade do guichê do empréstimo, por meio do Símbolo Internacional de Acesso; a disposição das estantes sem observância ao espaço livre recomendado; a altura dos livros, nas estantes, excedendo a dimensão máxima, que permite o acesso também a pessoa em cadeira de rodas; a inadequação dos aclives construídos para minimizar os batentes nas entradas; a ineficiência do deslocamento através do elevador, que se encontra desativado; e a desconformidade da rampa externa que não permite o acesso ao 2º pavimento do prédio. Assim, diante dos dados obtidos foi elaborado um quadro com recomendações de adequação à NBR 9050:2020 para diminuição das barreiras existentes. Dessa forma, espera-se que esta dissertação possa contribuir para o desenvolvimento de ações institucionais sobre acessibilidade arquitetônica não apenas na BC, mas na UFCG de modo geral, e auxiliar pesquisas futuras relacionadas ao tema.

Palavras-chave: Avaliação da Educação Superior. Acessibilidade Arquitetônica. Acessibilidade na Biblioteca Universitária. UFCG.

ABSTRACT

This work had as general objective to analyze the conditions of architectural accessibility of the Central Library of the Federal University of Campina Grande (UFCG), based on the criteria of evaluation of the dimension of infrastructure of SINAES. In addition to specific legislation on the evaluation of higher education in Brazil and accessibility, the theoretical basis included, among others, the studies of José Dias Sobrinho (2018), Dilvo Ilvo Ristoff (2016) and Romeu Sasaki (2010). As for its approach, the present research was of a qualitative type, of an applied nature, descriptive in relation to its objectives and used, as data production techniques, documentary research and direct observation. The documentary research was directed to the study of Institutional Self-Assessment Reports (RAAI's 2013-2015) prepared by the Evaluation Commission of the Federal University of Campina Grande, of the UFCI PDI (2014-2019), of Ordinance No. 40/2013, of MEC , containing CNE / CES Opinion no. 235/2012 on Institutional Re-accreditation, as well as iconographic documentation, through photographs, which identified BC's physical infrastructure, compared to the provisions of ABNT NBR 9050: 2020. The results of the study demonstrated that, in many aspects, BC does not have architectural accessibility in compliance with that standard. It was possible to notice the lack of signage, visual and tactile, throughout the building; the absence of accessible toilets; the installation of handrails incorrectly, without both heights; the lack of guardrails on the stairs; the lack of accessibility indication of the loan window, through the International Access Symbol; the arrangement of the shelves without observing the recommended free space; the height of the books, on the shelves, exceeding the maximum dimension, which also allows access to the person in a wheelchair; the inadequacy of the slopes built to minimize the stops at the entrances; the inefficiency of movement through the elevator, which is disabled; and the non-conformity of the external ramp that does not allow access to the 2nd floor of the building. Thus, in view of the data obtained, a table was prepared with recommendations for adaptation to NBR 9050: 2020 to reduce existing barriers. Thus, it is hoped that this dissertation can contribute to the development of institutional actions on architectural accessibility not only in BC, but in UFCG in general, and to assist future research related to the theme.

Keywords: Higher Education Evaluation. Architectural Accessibility. Accessibility at the University Library. UFCG.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Estrutura da Dissertação.....	18
Figura 02 – Fluxo de Procedimentos adotados na pesquisa.....	20
Figura 03 – Componentes do SINAES (principais e complementares).....	31
Figura 04 – Indicador 5.7 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.....	33
Figura 05 – Indicador 5.9 Bibliotecas: infraestrutura.....	34
Figura 06 – UFCG - <i>Campus</i> Campina Grande (1952).....	47
Figura 07 – Reitoria da UFCG e laboratórios de pesquisa (2019).....	48
Figura 08 – Rota da guarita principal até a BC.....	65
Figura 09 – Estacionamento.....	66
Figura 10 – Reserva de vaga para PCD e ambulância.....	67
Figura 11 – Local da antiga ponte.....	68
Figura 12 – Rota alternativa para a BC.....	69
Figura 13 – Rampa externa.....	71
Figura 14 – Espelho e piso de degraus.....	71
Figura 15 – Entrada principal da BC.....	72
Figura 16 – Entrada do 1º andar.....	73
Figura 17 – Portaria e guarda-volumes.....	74
Figura 18 – Salão de estudos individuais.....	75
Figura 19 – Auditório.....	76
Figura 20 – Escada de acesso ao 2º andar.....	76
Figura 21 – Acervo geral.....	78
Figura 22 – Colunas entre as estantes do acervo geral.....	79
Figura 23 – Seção de empréstimo.....	80
Figura 24 – Guichê acessível da seção de empréstimo.....	81
Figura 25 – Terminais de consulta.....	81
Figura 26 – Acesso à secretaria e direção da BC.....	82
Figura 27 – Secretaria e direção da BC.....	83
Figura 28 – Entrada da seção de periódicos e multimeios.....	84
Figura 29 – Acervo da seção de periódicos.....	85
Figura 30 – Cabines para estudos em grupos.....	85
Figura 31 – Laboratório de informática.....	86

Figura 32 – Sanitários.....87

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Elementos observados na Biblioteca Central.....	22
Quadro 02 – Eixos do Instrumento de Avaliação.....	32
Quadro 03 – Espectros da Acessibilidade.....	39
Quadro 04 – Fragilidades sobre infraestrutura no RAAI (2013) da UFCG.....	55
Quadro 05 – Questões sobre infraestrutura no RAAI (2014) da UFCG.....	57
Quadro 06 – Plano diretor de acessibilidade.....	61
Quadro 07 – Serviços de acessibilidade realizados pela PU (2015).....	63
Quadro 08 – Recomendações de adequações para acessibilidade arquitetônica da BC.....	88

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS	15
1.2 JUSTIFICATIVA	16
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	17
1.4 PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	18
2 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	24
2.1 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	24
2.1.1 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)	27
2.2 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA.....	36
2.3 <i>LOCUS</i> DA PESQUISA: A BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG	46
3 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG	51
3.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA E AUTOAVALIAÇÃO DA UFCG	51
3.2 ACESSIBILIDADE E BIBLIOTECA NO PDI (2014-2019).....	59
3.3 OBSERVAÇÃO DAS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS DA BIBLIOTECA CENTRAL.....	64
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	96
ANEXO A – Plantas baixas da Biblioteca Central da Universidade Federal de Campina Grande:2017	103
ANEXO B – Declaração de aceite	107

1 INTRODUÇÃO

O aumento crescente do número de pessoas com deficiência que ingressaram no Ensino Superior, graças às políticas públicas expansionistas, fruto de demandas sociais intensas, revela a necessidade das instituições se adequarem, de forma a assegurar a igualdade de acesso, permanência e sucesso à todos.

Essa adequação corresponde ao atendimento de diversas reivindicações, dentre elas a garantia da acessibilidade. É comum vincular a ideia de acessibilidade apenas à estrutura física ou ao acesso a determinado local, entretanto, cumpre destacar, que essa temática é vasta, abordando várias dimensões, como a acessibilidade digital ou a de transportes, por exemplo.

A Norma Brasileira 9050:2020 (p. 2) considera acessibilidade como a possibilidade e a condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com autonomia e segurança, de espaços, edificações, mobiliários, informação, equipamentos urbanos, transportes e comunicação; incluindo seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Diante da extensão do tema, foi realizado, nesta pesquisa, um recorte da acessibilidade em seu aspecto arquitetônico, que diz respeito à eliminação das barreiras físicas “nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos” (BRASIL, 2013, p. 37).

A acessibilidade é um dos itens a serem considerados na avaliação da instituição, seja ela externa ou interna. De modo geral, ela reflete a responsabilidade institucional da IES, mas para ser observada, de fato, é preciso verificar a infraestrutura da universidade.

A partir dos resultados da avaliação, é possível identificar elementos positivos e negativos, viabilizando o planejamento institucional dos caminhos que devem ser percorridos pela IES para melhoria da qualidade do ensino ofertado, demonstrando, assim, a importância do seu processo avaliativo.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de garantir o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes. Tem como órgão

responsável por sua atuação o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Os três eixos do SINAES compreendem: a Avaliação das Instituições de Educação Superior; a Avaliação dos Cursos de Graduação e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE; foi intensificada a Avaliação Institucional Externa. A proposição do SINAES almeja melhorar essencialmente o cumprimento da responsabilidade social e científica das instituições de ensino superior.

Para verificar os cinco eixos que contemplam as dez dimensões do Sinaes, os avaliadores utilizam como ferramenta o Instrumento de Avaliação Institucional Externa (presencial e a distância). Por meio dele é gerado, então, o Conceito Institucional – CI, graduado em cinco níveis, cujos valores iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória.

O instrumento de avaliação externa possui um indicador específico para análise da infraestrutura de bibliotecas, que corresponde ao 5.9 e define os critérios a serem considerados pelos avaliadores para obtenção do conceito, conforme descrito na figura 05.

Esta pesquisa se ateve ainda ao indicador 5.7 que se refere à infraestrutura de laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, pois a BC conta com um laboratório de informática em suas dependências.

Deste modo, partindo da vivência da pesquisadora, na condição de servidora da Biblioteca Central (BC) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), o presente trabalho se debruçou sobre a problemática das barreiras físicas existentes no local, que comprometem sua acessibilidade arquitetônica.

Para isso, foi necessário utilizar metodologias que resultassem na geração de dados, que pudessem fundamentar e demonstrar a relevância do estudo aqui desenvolvido. Portanto, além da observação direta, foi adotada a análise documental como procedimento estrutural deste trabalho, considerando documentos institucionais, legislações e normas técnicas; bem como os documentos iconográficos, compostos por imagens do acervo pessoal da pesquisadora.

Esta dissertação é composta por quatro capítulos. O primeiro corresponde a esta introdução que apresenta o conceito de acessibilidade e destaca sua relevância na promoção da responsabilidade social, no processo de avaliação institucional e na qualidade do ensino superior. Apresenta ainda os percursos metodológicos adotados

nesta pesquisa e demonstra como ela foi estruturada, através do fluxos dos procedimentos.

O segundo capítulo, apresenta a base teórica dessa pesquisa, construída por meio do diálogo dos autores que versam sobre as temáticas da avaliação institucional e da acessibilidade.

O capítulo terceiro, aborda, de forma específica, a acessibilidade arquitetônica na BC da UFCG, evidenciando as barreiras físicas existentes, de acordo com o disposto na NBR 9050:2020. Além disso, conta com um quadro de recomendações de adequação à norma, elaborado a partir das fragilidades identificadas.

No último capítulo, são apresentadas as reflexões finais desta pesquisa, com as considerações que o estudo sobre a temática possibilitou; de modo a contribuir para a melhoria do serviço, espaço e mobiliário da BC da UFCG.

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS

Faz-se necessário consolidar a política de acessibilidade na Biblioteca Central (BC) da UFCG, a partir da análise das fragilidades existentes em sua infraestrutura, para definir ações de melhoria, que garantam o acesso a todas as pessoas. Tal esforço deve ser empenhado, também, para contribuir com o atendimento aos critérios de acessibilidade, observados nas futuras avaliações externas, realizadas pela comissão de verificação *in loco*, designadas pelo INEP/MEC, repercutindo no seu conceito institucional.

Diante do exposto, o problema proposto para a pesquisa foi: ***A estrutura física da Biblioteca Central da Universidade Federal de Campina Grande assegura a acessibilidade arquitetônica aos seus usuários?***

Assim, partindo dessa problemática, para atingir a pretensão dessa pesquisa e contribuir para a instituição onde ela foi desenvolvida, foram traçados os seguintes objetivos, geral e específicos, respectivamente.

Objetivo geral

- ✓ Analisar as condições de acessibilidade arquitetônica da Biblioteca Central da Universidade Federal de Campina Grande.

Objetivos específicos

- ✓ Identificar a normativa vigente sobre acessibilidade e as ações propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFCG sobre a temática;
- ✓ Apresentar os resultados sobre infraestrutura e acessibilidade obtidos por meio dos processos de avaliação institucional, interna (2013-2015) e externa (2013);
- ✓ Realizar o mapeamento da estrutura física da Biblioteca Central, através da verificação das barreiras existentes, em observância ao que preceitua a NBR 9050:2020 da ABNT;
- ✓ Apontar recomendações de adequação para a BC atender às condições de acessibilidade, de forma a auxiliar na melhoria dos seus espaços, mobiliários e serviços, e refletir na responsabilidade social da instituição.

1.2 JUSTIFICATIVA

O anseio por trabalhar a temática da acessibilidade partiu da minha vivência na condição de servidora da UFCG. Assumi o cargo de técnica-administrativa na instituição em fevereiro de 2017, sendo lotada, inicialmente, na Coordenação de Legislação e Normas (CLN), setor integrante da Secretaria de Recursos Humanos (SRH). As atribuições do setor estavam relacionadas ao atendimento de demanda de servidores, técnicos e docentes, no tocante a direitos e deveres.

Lá vivenciei a primeira barreira na instituição, a comunicacional. Isso porque, precisei realizar o atendimento de uma servidora com deficiência auditiva, e, por não saber manter o diálogo na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), solicitei a presença de um intérprete para auxiliar a tradução. Entretanto, o setor responsável informou que todos estavam realizando suas tarefas pelo *campus*, sendo necessário o agendamento para atender ao pleito.

Após seis meses na CLN, solicitei remoção para a BC, setor onde desempenho minhas atividades atualmente. E, nesse ambiente, onde o público alvo é maior do que o anterior e o contato com os discentes é mais frequente, senti a carência de estrutura, comunicação e mobiliários que promovessem a acessibilidade.

Percebi a dificuldade na gestão dos processos que envolvem o serviço realizado na BC, justamente por causa das fragilidades em sua estrutura física. A

falta de um elevador em funcionamento e a inexistência de rampa, que permita o acesso a todos os pavimentos, dificulta a organização dos setores, pois os servidores, que por algum motivo sofreram redução em sua mobilidade, são readaptados no pavimento térreo.

Além disso, a não garantia de acesso a todos os andares, para pessoa com deficiência (PCD), despertou em mim uma insatisfação que motivou a presente pesquisa. Perceber que uma pessoa com deficiência (PCD), ou pessoa com mobilidade reduzida, não pode acessar e explorar o acervo geral - o maior e mais frequentado -, como todas as pessoas, ou não tem a oportunidade de solicitar o serviço de empréstimo, de forma autônoma e independente, sem precisar que um servidor se desloque até o térreo para realizar o atendimento, atraiu minha atenção para os demais aspectos da BC, que pudessem comprometer seu acesso e a qualidade do seu serviço.

Sendo assim, a elaboração desta pesquisa partiu da tentativa de ampliar o olhar para essa realidade, analisando as necessidades de adequação para atendimento igualitário a todas as pessoas. Isso porque, ao examinar os documentos constantes nesta pesquisa, e observar, de fato, o contexto, foi possível perceber divergências, como demonstrado no capítulo de análise e discussão dos resultados. É necessário ouvir a comunidade acadêmica, basear-se nas informações obtidas através dos processos autoavaliativos, para, então, propor ações direcionadas à melhoria das condições de acessibilidade em sua infraestrutura.

Cabe ainda destacar a relevância social do estudo, uma vez que suas observações poderão contribuir, consideravelmente, para o progresso do serviço prestado de forma inclusiva.

Logo, com a escolha deste tema, pretendeu-se colaborar para o fomento de maiores discussões sobre a acessibilidade arquitetônica, considerando o espaço de uma biblioteca universitária. Refletindo, assim, na responsabilidade social da IFES e no seu processo avaliativo.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

A estrutura deste trabalho foi projetada tendo a acessibilidade como ponto de partida e, a partir dela, desenvolveu-se sobre a avaliação institucional, considerando a dimensão de infraestrutura, mais precisamente de uma biblioteca universitária.

Assim, na figura 01, está representada a ordem de construção da presente pesquisa, para melhor compreensão.

Figura 01 – Estrutura da Dissertação



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Neste capítulo, como já apresentado, foram descritos a delimitação do problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho.

Em seguida, aponta-se a metodologia utilizada na elaboração dessa dissertação, de forma a identificar o tipo de pesquisa adotado, o local escolhido para desenvolver o estudo, bem como o fluxo dos procedimentos empregados.

1.4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, segundo Sampieri; Collado; Lucio (2013, p. 44), é um conjunto de processos sistemáticos, críticos e empíricos aplicados no estudo de um fenômeno; caracteriza-se pela realização da observação e a avaliação de fenômenos; pela criação de suposições ou ideias como consequência da avaliação e da observação realizadas; e, pela demonstração do fundamento das suposições ou ideias, revisando-as, com base nas provas ou na análise, para propor novas observações e avaliações

Uma pesquisa pode ser determinada como o processo ordenado e racional que tem como objetivo possibilitar respostas aos problemas suscitados. Ela é desenvolvida por intermédio de conhecimentos disponíveis e da aplicação cuidadosa de métodos e técnicas de investigação científica. De fato, a pesquisa evolui por meio de um longo processo que inclui diversas fases, desde a formulação adequada do problema até a satisfatória exposição dos resultados (GIL, 2010, p. 1).

Trata-se de um trabalho teórico, de natureza reflexiva, que se baseia na ordenação de ideias sobre determinado tema (SALVADOR, 1980, p. 35). Por isso, demanda organização e interpretação dos dados, exigindo uma metodologia própria.

Para a realização dessa pesquisa foi proposta a introdução de métodos e técnicas científicas pré-determinadas que permitem a descrição de detalhes, indícios e evidências dos dados coletados no campo da pesquisa necessários para a formulação de diagnóstico sobre o problema proposto. Nesse sentido, Lakatos; Marconi (2005, p. 174) traz em sua abordagem que “técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos”.

Lakatos e Marconi (2005, p. 155) se referem à pesquisa como “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Este estudo adotou uma abordagem do tipo qualitativa, pois ela “é utilizada para investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade” (RODRIGUES, 2006, p. 90). Para Flick (2009), a pesquisa do tipo qualitativa consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível.

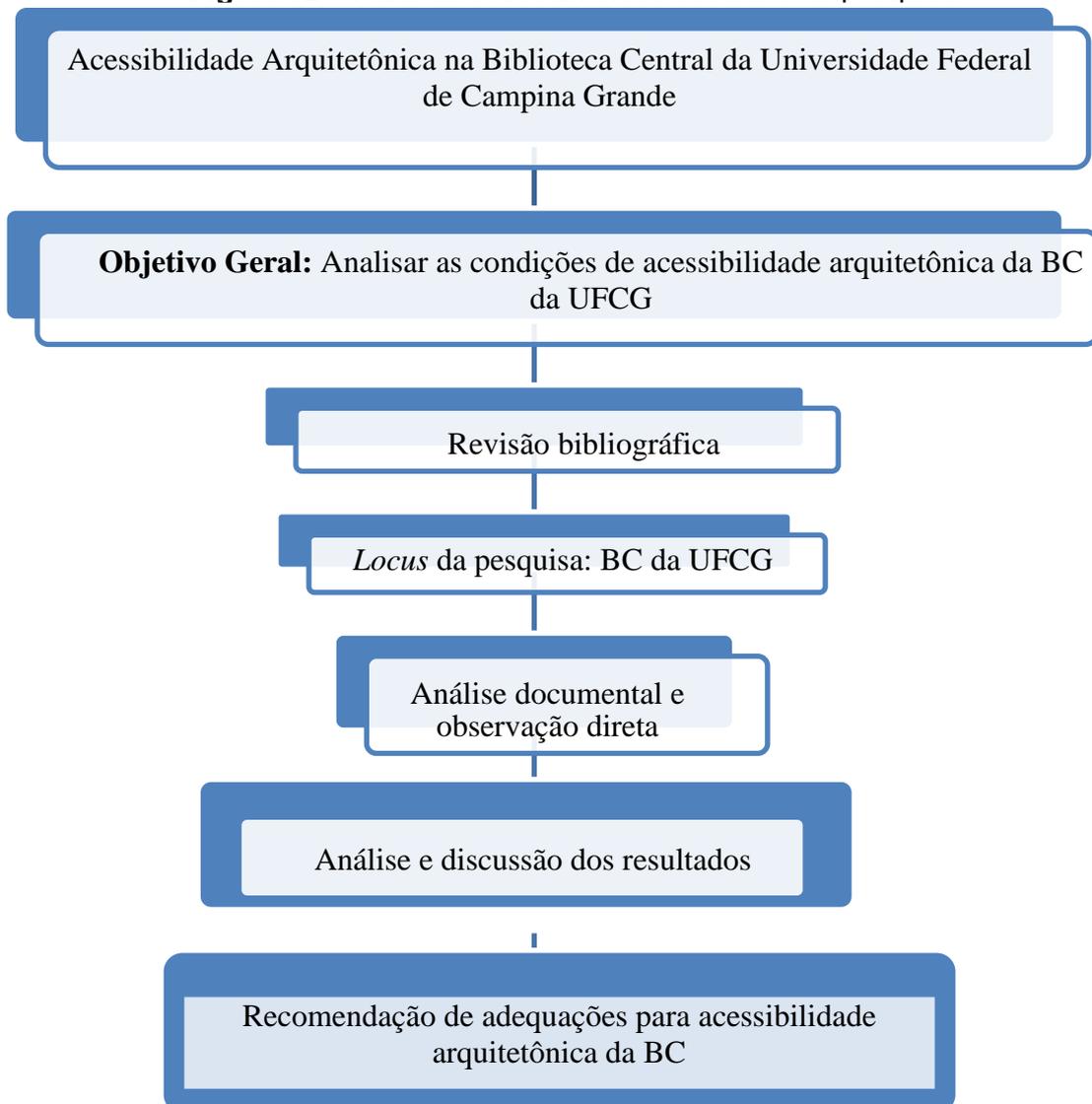
Caracteriza-se, quanto à sua natureza, em descritiva, documental, bibliográfica e exploratória. Esta, proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou construir hipóteses, e examina a realidade buscando maior conhecimento, para depois planejar uma pesquisa descritiva.

Foi utilizada a técnica de análise documental, haja vista que ela possibilita a identificação, verificação e apreciação de documentos com uma finalidade específica. Neste caso, “preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de

informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos” (SOUZA; KANTORSKI; LUIS, 2011, p. 223).

Em relação aos documentos, Oliveira (2011) considera que são registros escritos que proporcionam informações em razão da compreensão dos fatos e relações, pois registram manifestações de aspectos da vida social de determinado grupo. Flick (2009) observa que os documentos contribuem na discussão metodológica, uma vez que “permitem que se vá além das perspectivas dos membros no campo”. A figura 02 apresenta o fluxo dos procedimentos que foram adotados nesta dissertação para atingir os objetivos nela propostos.

Figura 02 – Fluxo de Procedimentos adotados na pesquisa



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Para o desenvolvimento da análise bibliográfica, foi realizada uma revisão da literatura, incluindo autores que discutem o contexto da avaliação da educação superior e da perspectiva da acessibilidade.

Na pesquisa documental, consta a análise da legislação sobre o tema e dos seguintes documentos: o Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com Enfoque em Acessibilidade (Brasil, 2016), que apresenta orientações necessárias ao processo de avaliação *in loco* e a promoção de acessibilidade nas IES, visando a integração entre o órgão avaliador e as instituições avaliadas; e, ainda, o Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância - Recredenciamento (BRASIL, 2017), que constitui ferramenta para os avaliadores na verificação dos cinco eixos, que contemplam as dez dimensões do Sinaes. A inclusão desses documentos, na análise, se justifica na medida em que norteiam a averiguação da promoção da acessibilidade pela instituição avaliada.

Na análise documental foram considerados, também, os Relatórios de Autoavaliação, elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFCG, referentes aos anos de 2013 a 2015; a Portaria nº. 40/2013 do MEC sobre o recredenciamento da instituição; o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que contempla o quadriênio 2014-2019; e, ainda, a apresentação dos resultados alcançados pela Prefeitura Universitária no ano de 2015.

Buscou-se identificar, nesses documentos, as informações referentes à acessibilidade e infraestrutura. Para a produção dos dados, foi realizado um estudo sobre: os conceitos atribuídos à essas dimensões no recredenciamento da UFCG; as fragilidades apontadas pela comunidade acadêmica, no processo avaliativo; as ações propostas no PDI sobre o tema; e, os resultados divulgados pela Prefeitura Universitária, com relação às obras executadas.

Elaborou-se documentos iconográficos, por meio de fotografias produzidas pela pesquisadora, nas dependências da Biblioteca Central e seu entorno, para demonstrar a atual configuração de sua estrutura física. As fotos foram feitas no mês de agosto do corrente ano, com a devida autorização apresentada em anexo a esta dissertação.

Flick (2009), salienta que, em um estudo documental, o pesquisador deve compreender os documentos como “meios de comunicação”, pois foram elaborados com algum propósito e para alguma finalidade, sendo, inclusive, destinados para que

alguém tivesse acesso a eles. Esclarece, então, que é importante saber quem o produziu, sua finalidade, para quem foi construído, a intencionalidade de sua elaboração e que não devem ser utilizados como ‘contêineres de informações’.

Para complementar a análise documental, foi empregada, também, a técnica da observação direta, que segundo Lakatos e Marconi (2005, p. 169) trata-se de um tipo de observação que “[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”.

A observação direta considerou a vivência da pesquisadora na condição de servidora da Biblioteca Central, suas anotações pessoais sobre as medidas dos espaços e mobiliários, obtidas por meio de fita métrica, em comparação as dimensões acessíveis indicadas na Norma Brasileira 9050:2020 da ABNT.

Os elementos observados foram desde o estacionamento mais próximo à BC até a altura dos livros nas estantes do acervo e estão definidos no quadro 01.

Quadro 01 – Elementos observados na Biblioteca Central

Elementos observados
Aclives
Sinalização visual
Sinalização tátil
Sinalização vertical no estacionamento
Sinalização de emergência
Planos e mapas acessíveis
Sinalização em degraus e escadas
Sinalização de pavimento
Corrimãos
Guarda-corpos
Circulação - capachos; forrações; carpetes e tapetes
Elevador de passageiros
Barras de apoio
Estantes acervo
Sinalização acervo
Rampa externa

Ar condicionado
Cadeiras
Auditório
Sanitários

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Diante disso, pode-se dizer que o percurso metodológico é uma das etapas mais significativas da pesquisa, uma vez que busca alcançar os objetivos propostos e a intenção da pesquisa, bem como definir as etapas a serem seguidas de maneira sistemática. Está relacionado à delimitação da investigação técnico científica, por meio de métodos e técnicas para a coleta e análise de dados, com a finalidade de estruturar organizadamente um determinado objeto, para construção de novos conhecimentos.

2 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Para fundamentar o estudo, fez-se um levantamento teórico, a partir do diálogo entre autores, que versam sobre as temáticas da avaliação da educação superior e da acessibilidade. Considerou-se neste capítulo, também, os documentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, que norteiam a comissão de verificação *in loco* nas avaliações insitucionais: o Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com Enfoque em Acessibilidade (2016), e o Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância (2017), que contempla as 10 dimensões determinadas pelo SINAES.

O *locus* da pesquisa foi apresentado ao final, para contextualização de sua história e estrutura.

2.1 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

De uma perspectiva histórica, o ensino superior se estabeleceu de forma morosa no Brasil. Como afirma Albuquerque (1977, p. 14), “tardamente em relação às próprias necessidades nacionais, tardamente se comparado com a implantação de sistemas equivalentes noutras partes do Mundo- e mesmo nas nações consideradas mais atrasadas que a nossa”. Apesar de tardia, sua implantação foi e tem sido uma luta, significando uma conquista social e, por isso, vem ampliando seu espaço de forma lenta e gradual ao longo do tempo.

A partir da década de 1980, a educação é direcionada à expansão e elevação dos parâmetros de eficiência de ciência e tecnologia para intensificar a competitividade internacional dos países. A avaliação, então, passa a ter uma importância cada vez maior na medida e no controle da eficiência e da produtividade das instituições educacionais (DIAS SOBRINHO, 2000).

Nesse contexto, a temática da avaliação da educação superior é, de certo modo, recente no país. Como a massificação do acesso se deu ulteriormente, conseqüentemente, o pensar os mecanismos avaliativos desse nível, carrega a temporalidade correspondente. Entretanto, como política pública, é cada vez mais um instrumento de interesse social, conforme aponta Dias Sobrinho.

A avaliação em nossos dias é cada vez mais assunto que interessa a toda a sociedade, especialmente àquelas comunidades mais concernidas por seus resultados e efeitos. Mas, atualmente, são os Estados os principais interessados e aplicadores da avaliação, especialmente na perspectiva das reformas, do controle e da regulação. Tão importante é o papel da avaliação do ponto de vista político e tão eficiente é ela para modelar sistemas e garantir determinadas práticas e ideologias que nenhum Estado moderno deixa de praticá-la de modo amplo, consistente e organizado. Isto é, como política pública. (2004, p. 4)

No que tange os interesses políticos e externos, destaca-se a pujante atuação de organismos multilaterais, a exemplo do Banco Mundial e do Banco Interamericano para o Desenvolvimento. Tais, condicionaram a concessão de financiamentos ao país à adoção de práticas que influenciaram a agenda educacional, impondo “conceitos, critérios, parâmetros, usos e procedimentos de avaliação” (DIAS SOBRINHO, 2018, p. 1).

É fundamental destacar que, apesar de ser guiada por interesses outros, posto que comumente tem sua política pública modificada de acordo com as predileções de um governo temporário, a avaliação carrega seu caráter formativo e de busca constante da excelência na prestação do serviço público no campo educacional.

Assim, o processo de avaliação se constitui como caminho para delinear os processos de transformação da educação superior, uma vez que é a partir dele que se consolida a eficácia das atividades das IES perante a sociedade, já que os resultados das avaliações subsidiam as ações a serem tomadas internamente e projetam as perspectivas institucionais. (GUERRA;RIBEIRO, 2019, p. 08)

Deste modo, a partir dos resultados transparecidos da avaliação, é possível identificar elementos positivos e negativos, viabilizando, pois, o planejamento institucional dos caminhos que devem ser percorridos, demonstrando assim a importância do processo avaliativo das IES.

Quando abordamos a temática da avaliação da educação superior, é fundamental também, contextualizar sua normatização vigente no país. A princípio, destaca-se a Lei nº 9.394 de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), especialmente o art. 46 que discorre sobre o cenário da avaliação de cursos e das IES:

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento.

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

§ 3º No caso de instituição privada, além das sanções previstas no § 1º deste artigo, o processo de reavaliação poderá resultar em redução de vagas autorizadas e em suspensão temporária de novos ingressos e de oferta de cursos.

§ 4º É facultado ao Ministério da Educação, mediante procedimento específico e com aquiescência da instituição de ensino, com vistas a resguardar os interesses dos estudantes, comutar as penalidades previstas nos §§ 1º e 3º deste artigo por outras medidas, desde que adequadas para superação das deficiências e irregularidades constatadas.

§ 5º Para fins de regulação, os Estados e o Distrito Federal deverão adotar os critérios definidos pela União para autorização de funcionamento de curso de graduação em Medicina. (BRASIL, 1996)

A essência de tal artigo, aponta a sistemática geral da ação avaliativa, bem como a responsabilidade dos sujeitos ou das instituições na dissolução de possíveis lacunas como meio de evitar penalidades ou impedimentos. Esse pode ser considerado um dos novos papéis do Estado na perspectiva da avaliação e regulação:

O Estado não se retira da educação. Ele adota um novo papel, o do Estado regulador e avaliador que define as grandes orientações e os alvos a atingir, ao mesmo tempo que monta um sistema de monitoramento e de avaliação para saber se os resultados desejados foram, ou não, alcançados. (LESSARD; BRASSARD; LUSIGNAN, 2002, p. 35)

Diante desse contexto de mudanças, de novas necessidades, de retorno, visibilidade e transparência nas instituições sociais, a avaliação se estende às esferas de todas as produções sociais, das políticas públicas e, principalmente, das educacionais. Cada vez mais, ela vem conquistando visibilidade política e

desempenhando um papel relevante na configuração dos modelos das organizações, instituições e sistemas (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 9).

2.1.1 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo de garantir o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes. Tem como órgão responsável por sua atuação o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Ristoff e Giolo (2006, p. 198-199), elucidam que a formulação do SINAES foi sustentada na concepção de organização e operacionalização da avaliação, através de um processo articulado de todas as avaliações da educação superior, integrando metodologias, espaços, momentos e os instrumentos de avaliação e de informação.

É importante aqui abordar, brevemente, os princípios e critérios que nortearam a elaboração do SINAES e lhe servem de fundamentação conceitual e política, bem como de justificção para a operacionalização dos processos.

- a. **Educação é um direito social e dever do Estado** - Este princípio fundamenta a responsabilidade social das instituições educativas. As IES têm a responsabilidade de um mandato público para proporcionar aos indivíduos o exercício de um direito social, por meio do poder de regulação e de direção política do Estado. Por isso, a avaliação da educação superior, no nível geral e com indicadores comuns, deve conceder respostas públicas à questão de como o sistema e cada uma das instituições e suas partes estão exercendo o mandato que lhes foi socialmente outorgado;
- b. **Valores sociais historicamente determinados**- Dois dos mais importantes critérios da qualidade da educação superior consistem na importância da formação e da produção de conhecimentos para o desenvolvimento social e para o avanço da ciência, e na sua eficácia para fortalecer as preferências éticas e políticas predominantes em um determinado momento histórico;
- c. **Regulação e controle** - O Estado fiscaliza e regula a educação superior para fins de planejamento e garantia de qualidade do sistema. Para tal, precisa constituir, de forma clara e democrática, a sua política e viabilizar os seus aparatos normativos de controle, fiscalização, supervisão, bem como os meios para implementá-los. Assim, seu papel não se restringe à regulação no sentido do controle burocrático e ordenamento; compete-lhe também avaliar a educação superior de modo a viabilizar elementos para a reflexão e propiciar melhores condições de desenvolvimento;

d. **Prática social com objetivos educativos** - a avaliação de caráter educativo é uma prática social, com objetivos essencialmente formativos, orientada para a obtenção de informações que gerem reflexões indutoras da melhoria da qualidade acadêmica, bem como para o julgamento a respeito de como o sistema e as instituições de educação superior cumprem as suas funções públicas;

e. **Respeito à identidade e à diversidade institucionais em um sistema diversificado**- A avaliação da educação superior deve ter uma concepção que considere o critério da diversidade institucional; deve contribuir para a construção de uma política e de uma ética de educação superior em que se respeitem o pluralismo, a alteridade, as diferenças institucionais, mas também o espírito de solidariedade e de cooperação. Cada instituição tem sua história e constrói concretamente suas formas e conteúdos próprios que devem ser respeitados. No contorno da regulação e da avaliação, cada instituição deveria sujeitar-se ao cumprimento das normas oficiais e aos critérios, indicadores e procedimentos gerais, entretanto, ao mesmo tempo, exercitar sua liberdade para desenvolver, no que for possível e desejável, processos avaliativos que também correspondam a objetivos e necessidades específicos;

f. **Globalidade**- A perspectiva da globalidade traz consigo a ideia de integração das partes em um todo coerente. Perceber esse todo, com todos os limites de qualquer compreensão humana, só é possível com auxílio de procedimentos conceituais e metodológicos complexos. Por isso, a avaliação deve ser entendida como multidimensional e polissêmica – pois a educação enquanto fenômeno humano também o é –, porém, tendo articuladas as suas diversas dimensões e sentidos;

g. **Legitimidade** - A avaliação necessita de uma legitimidade técnica, amparada pela teoria, pelos procedimentos metodológicos adequados, pela elaboração correta dos instrumentos e por tudo o que é adotado numa atividade científica. A avaliação precisa ter ainda legitimidade ética e política, assegurada pelos seus propósitos proativos, respeito à pluralidade, participação democrática e também pelas qualidades profissionais e cidadãs de seus atores. É, portanto, a concepção democrática de educação e de avaliação que confere aos processos avaliativos um grande sentido de legitimidade ética e política;

h. **Continuidade** - os processos de avaliação devem ser contínuos e permanentes, não pontuais, episódicos e fracionados. Nas avaliações permanentes e internalizadas como cultura de melhoramento e emancipação, todavia, a comunidade educativa assume de maneira ativa as suas responsabilidades na construção da educação comprometida com os interesses e valores da sociedade. (BRASIL, 2004, p. 84)

Nota-se, diante dos pressupostos abordados, que o SINAES almeja melhorar essencialmente o cumprimento da responsabilidade social e científica das instituições de ensino superior.

Portanto, o SINAES deve ser efetivamente considerado um sistema, posto que integra: os instrumentos de avaliação; os instrumentos de avaliação aos de

informação; os espaços de avaliação; a a auto-avaliação à avaliação externa; bem como, articula avaliação e regulação, sem confundir. Ademais, propicia coerência entre avaliação e os objetivos e a política para a educação superior (RISTOFF; GIOLO, 2006, p. 198).

Observa-se, assim, a importância do SINAES, pois ele “pode ser um instrumento valioso para o estabelecimento de critérios, normas e políticas para o controle de qualidade intrínseca e extrínseca ao sistema educacional superior” (HIPÓLITO, 2018).

Corroborando com as perspectivas apresentadas, o SINAES tem por finalidades melhorar a qualidade da educação superior, orientar a expansão da sua oferta, suscitar o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, promover o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

Uma das finalidades do SINAES é a orientação da expansão da oferta, que vem se caracterizando pela crescente ampliação de matrículas decorrentes também do incentivo à democratização do acesso. Entre essas políticas públicas, destacam-se: os processos de interiorização; o fortalecimento da educação tecnológica; o estímulo à modalidade a distância; o fomento aos programas de inclusão e ações afirmativas; o compromisso com a formação de professores da educação básica; o financiamento estudantil - Programa Universidade para Todos - PROUNI – e Fundo de Financiamento Estudantil – FIES - e de políticas para o desenvolvimento das próprias instituições - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI – e o aumento de vagas na rede pública. (GRIBOSKI; FUNGHETTO, 2013, p. 53)

Conforme se pode notar, a temática de inclusão e ações afirmativas está prevista na legislação apresentada e, portanto, carece de um debate sob a ótica da acessibilidade, destacando-se a importância do trabalho científico na esfera de uma biblioteca universitária.

As dimensões institucionais obrigatórias, que devem ser consideradas na avaliação das IES, foram previstas na legislação, visando identificar o seu perfil e o

significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores.

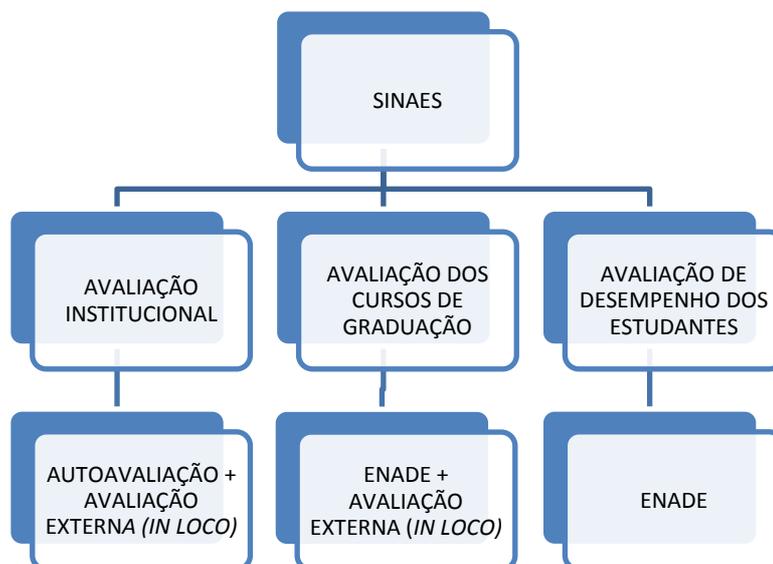
1. Missão e o plano de desenvolvimento institucional: devem possibilitar informações sobre as finalidades, objetivos, compromissos, práticas pedagógicas e administrativas da IES, como também sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
2. Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização: deve permitir analisar a concepção de currículo e a organização didático-pedagógica de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área, incluídos os procedimentos para estimular a produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
3. Responsabilidade social da instituição: deve considerar, especialmente, sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
4. Comunicação com a sociedade: deve permitir identificar recursos, estratégias e a qualidade da comunicação interna e externa da instituição; refere-se a sua imagem pública, canais de comunicação social;
5. Políticas de pessoal: referem-se aos aspectos de políticas internas de recursos humanos, tais como as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. Organização e gestão da instituição: deve permitir a análise do funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia, bem como a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
7. Infraestrutura física: deve possibilitar a verificação das condições estruturais das IES, especialmente as de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação para analisar a coerência com o PDI;
8. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional: deve possibilitar a identificação da adequação e da efetividade, do planejamento geral da instituição e sua relação com o PPI, e ainda dos procedimentos de avaliação e de acompanhamento do planejamento institucional;
9. Políticas de atendimento aos estudantes: deve verificar quando as políticas de atendimento aos discentes da IES estão coerentes com as especificadas no PDI; se os programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes, de realização de atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais, e de divulgação da sua produção estão implantados e adequados. Ocorrem quando se verifica a adequação das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes;
10. Sustentabilidade financeira: análise da sustentabilidade financeira da IES, especialmente no que tange ao uso dos recursos em programas de ensino, investigação científica e extensão, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. (BRASIL, 2004, art. 3º)

Assim, os três componentes do SINAES compreendem: a Avaliação das Instituições de Educação Superior, a Avaliação dos Cursos de Graduação e a Avaliação de Desempenho dos Estudantes, promovida pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE); sendo considerada nesta pesquisa apenas a avaliação institucional.

Nesse sentido, esclarece-se que a avaliação institucional é executada por membros externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, reconhecidos pelas suas capacidades em áreas específicas, portadores de ampla compreensão sobre instituições universitárias e designados pelo INEP/MEC (CAVALCANTI; GUERRA, 2018).

A figura 03, apresenta os componentes do SINAES, principais e complementares, para melhor compreensão dos processos avaliativos.

Figura 03 - Componentes do SINAES (principais e complementares)



Fonte: Adaptado do INEP, 2017.

Percebe-se, conforme figura 03, que o componente de Avaliação Institucional apresenta dois instrumentos complementares, que correspondem à Autoavaliação e à Avaliação Externa (*in loco*). A autoavaliação é elaborada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES e envolve toda a comunidade acadêmica, tendo como finalidade ampliar e fortalecer a relação entre os processos de avaliação e os processos de gestão; bem como, promover o autoconhecimento das IES e o

consequente aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Já a avaliação institucional externa, como mencionado anteriormente, é realizada pela comissão de avaliadores, pertencentes à comunidade acadêmica e com expertise na área, designados pelo INEP/MEC, que executam a verificação *in loco*.

Para o credenciamento da IES, os avaliadores utilizam, como ferramenta para verificação, o Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância (2017), que contempla as 10 dimensões determinadas pelo SINAES. Tais dimensões são agrupadas por afinidade em cinco eixos, com indicadores que apresentam elementos de avaliação e os respectivos critérios para sua análise: Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão e Infraestrutura

Esse processo de avaliação para o credenciamento abrange diversas categorias de IES, quer sejam faculdades, centros universitários ou universidades; públicas ou privadas; ofertantes da modalidade presencial ou à distância. Isso ocorre, periodicamente, por meio de um fluxo processual composto por várias etapas, dentre elas a avaliação *in loco*, que resulta em um relatório elaborado pela comissão de avaliadores, em que constam aferidas as informações apresentadas pela instituição, relacionadas à realidade encontrada durante a visita.

Assim, é gerado, então, o Conceito Institucional (CI), graduado em cinco níveis, cujos valores iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória. O cálculo utilizado para obter o CI considera pesos atribuídos aos cinco eixos do instrumento de avaliação, como demonstra o quadro 02.

Quadro 02 – Eixos do instrumento de avaliação

Eixos	Peso
1- Planejamento e Avaliação Institucional	10
2-Desenvolvimento institucional	30
3- Políticas acadêmicas	10
4- Políticas de gestão	20
5- Infraestrutura	30

Fonte: Elaboração da autora, 2020, com base no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (2017, p. 6)

O eixo que se relaciona a esta pesquisa é o 5, correspondente à infraestrutura, e é sobre ele que passamos a tratar a seguir. Possuindo 18 indicadores a serem

avaliados pela comissão, o eixo 5 se subdivide da seguinte forma: Instalações administrativas, Salas de aula, Auditório(s), Sala de professores, Espaços para atendimento aos discentes, Espaços de convivência e de alimentação, Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física, Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA, Bibliotecas: infraestrutura, Bibliotecas: plano de atualização do acervo, Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente, Instalações sanitárias, Estrutura dos polos EAD, Infraestrutura tecnológica, Infraestrutura de execução e suporte, Plano de expansão e atualização de equipamentos, Recursos de tecnologias de informação e comunicação, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Observa-se que o instrumento de avaliação externa possui um indicador específico para análise da infraestrutura de bibliotecas, que corresponde ao 5.9 e define os critérios a serem considerados pelos avaliadores para obtenção do conceito.

Do eixo cinco, que aborda a infraestrutura da instituição, considerou-se mais especificamente os indicadores 5.7 e 5.9, que se referem à infraestrutura de laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas e às bibliotecas, respectivamente; as figuras 04 e 05 demonstram seus conceitos, que variam de 1 a 5, e os critérios de análise.

Figura 04 - Indicador 5.7 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.

CONCEITO	CRITÉRIO DE ANÁLISE
1	Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas não atendem às necessidades institucionais.
2	Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando apenas a sua adequação às atividades.
3	Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, as normas de segurança e a avaliação periódica dos espaços.
4	Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, as normas de segurança, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.
5	Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, as normas de segurança, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.

Fonte: Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância, 2017.

Figura 05 – Indicador 5.9 Bibliotecas: infraestrutura

CONCEITO	CRITÉRIO DE ANÁLISE
1	A infraestrutura para bibliotecas não atende às necessidades institucionais.
2	A infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, mas não apresenta acessibilidade, ou não possui estações individuais e coletivas para estudos ou recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo.
3	A infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade, e possui estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo.
4	A infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade, possui estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo e fornece condições para atendimento educacional especializado.
5	A infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade, possui estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo, fornece condições para atendimento educacional especializado e disponibiliza recursos comprovadamente inovadores.

Fonte: Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância, 2017.

Como podemos observar, para que a IES obtenha conceito 5 no indicador infraestrutura da biblioteca é necessário atender às necessidades institucionais, apresentando acessibilidade, dispondo de recursos tecnológicos para seus serviços e fornecendo condições de atendimento educacional especializado.

No que concerne aos elementos que constituem o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, a Nota Técnica nº16/2017/CGACGIES/DAES/INEP, apresentou a lógica adotada para reelaboração dos instrumentos. O documento descreveu as principais alterações sobre a seção de contextualização dos instrumentos, a adequação da escala e de seus mecanismos, os critérios para a inserção e modificação de indicadores, a forma de divulgação dos conceitos resultantes dos instrumentos de avaliação, bem como a mudança no formulário eletrônico das IES. De acordo com a referida norma, os indicadores do instrumento são compostos pelos seguintes elementos:

- I - Objeto de avaliação: indicado por seu título;
- II - Conceito: valor numérico que representa um nível crescente de qualidade (1 a 5);
- III - Critério de análise: conjunto de atributos que caracterizam a qualidade do objeto de análise, associados a um conceito;
- IV - Critério aditivo: atributo suplementar que integra o critério de análise para os conceitos 4 e 5;
- V - Observação: comentário informativo sobre a aplicação do indicador (BRASIL, 2017, p.4).

Como apontado nessa breve exposição, contextualizando a Avaliação da Educação Superior, com foco no SINAES, percebe-se a importância que carrega o sistema para melhoria em muitos aspectos do funcionamento da gestão, infraestrutura e organização de uma IES, interferindo diretamente no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Sem dúvida, avaliar é preciso, para que a cultura da avaliação possa se fazer presente junto aos atores educacionais e beneficiá-los no cotidiano, trabalhando em prol de uma educação democrática e de qualidade. Além disso, é fundamental contar com a participação de todos, ouvindo as demandas e mantendo debates, como bem sugere Lima (2015), ao afirmar que é necessário proporcionar momentos de discussões, espaços participativos em que as pessoas vão ficar “cara a cara” com possibilidades para emitir opiniões, ouvir as opiniões dos outros, vivenciar conflitos, pensar, refletir e mudar, para que, então, os resultados da avaliação sejam

instrumentos que fomentam mudanças de concepções, das práticas, de princípios e de atitudes.

2.2 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

É comum, ao pensarmos em acessibilidade, fazermos sua vinculação à estrutura física, à garantia de acesso a determinado local ou espaço. Entretanto, cabe destacar que a temática da acessibilidade é vasta, não podendo ser entendida de forma limitante, considerando apenas a dimensão arquitetônica (ou física). Nesse sentido, Vasconcelos e Sonza (2017, p.3) esclarecem:

No Brasil, a palavra acessibilidade costuma ser associada apenas a questões físicas e arquitetônicas, mas este vocábulo expressa um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis para que haja um processo de efetiva inclusão. É o direito de ir e vir de cada cidadão somado ao fato de tornar acessível todo e qualquer conteúdo, lugar e/ou produto.

Apesar de o recorte arquitetônico, estrutura física da Biblioteca Central, ser o núcleo da presente pesquisa, é fundamental descrever os diversos conceitos e dimensões da acessibilidade, considerando, para isso, o que preconizam a legislação e a bibliografia sobre o tema.

Na Constituição Federal de 1988, a acessibilidade é considerada garantia material do princípio da igualdade (FEIJÓ, 2008, p.3-4). Este princípio deve ser compreendido não apenas em seu conceito formal, mas também em sentido material, para que seja possível a efetiva inclusão. Neste contexto, para a igualdade de oportunidades, a acessibilidade apresenta-se como meio capaz de garanti-la, além de efetivar, em âmbito material, o princípio da igualdade e, conseqüentemente, garantir direitos fundamentais, sobretudo àqueles em situação de vulnerabilidade como, por exemplo, os sujeitos com deficiência.

O Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei nº10.098/2000 que, por sua vez, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências, traz a seguinte descrição sobre acessibilidade:

[...]condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das

edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004, art. 8º)

Nota-se que acessibilidade aqui é definida como condição a ser garantida à pessoa com deficiência ou àquela com redução na mobilidade para fazer uso, de forma segura e autônoma - totalmente ou acompanhada de terceiro- não somente de espaços físicos, mas também de serviços, informação, sistemas e meio de comunicação. Assim, Lunaro e Ferreira (2005) sustentam que a mobilidade com autonomia é um direito universal, juntamente com o conceito de cidadania e de acessibilidade, e deve ser aplicada a todo indivíduo.

A Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, mais conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, considera em seu artigo 3º a acessibilidade como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015)

Aqui podemos observar que a legislação expande a possibilidade e condição de alcance para utilização, de forma acessível, dos serviços e instalações tanto na zona urbana quanto na zona rural.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que é o foro nacional de normalização, publicou em 3 de agosto de 2020 uma nova edição da Norma Brasileira (NBR) 9050 . Esta norma trata de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, estabelecendo critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. Nela, define-se o termo acessibilidade (2020, p. 2) como:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou

privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Desta forma, verifica-se que a Norma Técnica emprega o conceito já adotado no Estatuto da Pessoa com Deficiência, mas consagra duas novas expressões relacionadas à ideia de acessibilidade: “*percepção e entendimento*”. Logo, não diz respeito apenas a possibilidade de alcançar algo ou serviço, mas também, poder perceber e compreender sua utilização.

Falar em acessibilidade, portanto, é dialogar sobre barreiras existentes que dificultam o acesso, a percepção e o uso de equipamentos, espaços, informações e tecnologias. Todas essas barreiras eram genericamente classificadas como barreiras arquitetônicas; entretanto, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 3º, inciso IV, as definiu como qualquer bloqueio, dificuldade, atitude ou conduta que limite ou impossibilite a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança. O Estatuto trouxe a seguinte classificação para elas:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias. (BRASIL, 2015)

Romeu Sassaki (2010) - pesquisador atuante sobre a educação, autonomia e direitos das pessoas com deficiência, considerado o “pai da inclusão no Brasil” e propagador da educação inclusiva - sistematizou a acessibilidade em seis dimensões, são elas: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade em relação a pessoas

com deficiência), instrumental (sem barreiras nos instrumentos, ferramentas e utensílios), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.) e programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas, entre outros).

Considerando as dimensões propostas por Sasaki (2010), bem como os espectros de acessibilidade referidos no Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com enfoque em Acessibilidade (BRASIL, 2016), foram apresentados, no quadro 03, os tipos de acessibilidade e suas definições, bem como os exemplos e práticas relacionadas às IES, constantes nos Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional De Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Quadro 03- Espectros da Acessibilidade

Espectro da Acessibilidade	Definições	Práticas e exemplos relacionados às IES
Acessibilidade atitudinal	Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.	Essa acessibilidade pode ser notada quando existe, por parte dos gestores institucionais, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência de acessibilidade atitudinal.
Acessibilidade arquitetônica (também conhecida como física)	Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.	Os exemplos mais comuns de acessibilidade arquitetônica são a presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores adaptados, piso tátil, entre outras.
Acessibilidade metodológica	Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem	É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de

(também conhecida como pedagógica)	conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.	recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.
Acessibilidade Programática	Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos.entre outros.	Ocorre quando a IES promove processos de sensibilização que envolvem a informação, o conhecimento e a aplicação dos dispositivos legais e políticas relacionadas à inclusão e à acessibilidade de estudantes com deficiência na educação superior. Muitas vezes esses estudantes não têm conhecimento dos seus direitos e, em razão disso, não vislumbram a possibilidade de acessar a universidade. Essa acessibilidade se expressa, também, toda vez que novas leis, decretos, portarias são criadas com o objetivo de fazer avançar os direitos humanos em todos os seus âmbitos.
Acessibilidade instrumental	Superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva).	Esse tipo de acessibilidade envolve todas as demais e sua materialidade reflete a qualidade do processo de inclusão plena do estudante na educação superior.
Acessibilidade nos transportes	Forma de acessibilidade que elimina barreiras não só nos veículos, mas também nos pontos de paradas, incluindo as calçadas, os terminais, as estações e todos os outros	Percebe-se a aderência da IES a esse tipo de acessibilidade quando existe transporte coletivo à disposição dos estudantes e aqueles com algum tipo de

	equipamentos que compõem as redes de transporte.	deficiência física ou mobilidade reduzida conseguem fazer uso do mesmo com segurança e autonomia, sem nenhum prejuízo para sua locomoção.
Acessibilidade nas comunicações	É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).	Um dos exemplos de acessibilidade nas comunicações é a presença do intérprete na sala de aula em consonância com a Lei de Libras – e Decreto de Acessibilidade.
Acessibilidade digital	Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.	Evidencia-se a existência dessa acessibilidade quando a IES possui os acervos bibliográficos dos cursos em formato acessível ao estudante com deficiência (prioritariamente os de leitura obrigatória) e utiliza diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso à informação e ao conhecimento, independentemente de sua deficiência.

Fonte: Referenciais de acessibilidade na educação superior (BRASIL, 2013, p. 37)

Percebe-se a extensão da problemática das barreiras, como elas podem dificultar a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior e quais ações podem ser realizadas de forma a reduzi-las ou eliminá-las, tornando o objeto/serviço/informação/espço mais acessível.

Nesse sentido, “acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana”. Se ela for delineada conforme os princípios do desenho universal, gera benefício a todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência (SASSAKI, 2009, p. 2).

Para melhor compreensão do assunto, entende-se por desenho universal a concepção de ambientes, produtos, serviços e programas a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva. Assim, ele possibilita a criação de ambientes ou produtos que podem ser usados por todos, sem restrições.

O conceito de desenho universal tem como pressupostos: equiparação das possibilidades de uso, flexibilidade no uso, uso simples e intuitivo, captação da informação, tolerância ao erro, mínimo esforço físico, dimensionamento de espaços para acesso, uso e interação de todos os usuários. (NBR 9050:2020, p. 4)

As características dos pressupostos do desenho universal são apresentadas pela norma, caracterizadas da seguinte forma: uso equitativo do ambiente, permite que ele seja usado por diversas pessoas, independentemente de idade ou habilidade; uso flexível, possibilita o atendimento a uma grande parte das preferências e habilidades das pessoas; uso simples e intuitivo, viabiliza que seu uso seja de fácil compreensão. Com relação à informação de fácil percepção, significa dizer que ela seja redundante e legível, quanto a apresentações de informações vitais; já a tolerância ao erro é uma característica que proporciona a diminuição dos riscos e consequências adversas de ações acidentais, ou não intencionais, na utilização do ambiente; o baixo esforço físico exprime o dever de o ambiente oferecer as condições de ser usado de maneira eficiente e confortável, com o mínimo de fadiga muscular do usuário. Além disso, o ambiente deve ter dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho de corpo, postura e mobilidade do usuário (NBR 9050:2020, p. 138).

Diante do exposto, infere-se que é por meio da acessibilidade, com a eliminação das diversas barreiras existentes, que podemos garantir uma efetiva prática inclusiva. Dessa forma, não tem como dissociar os temas, visto que a inclusão se manifesta através da acessibilidade.

Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (SASSAKI, 2009).

A ideia de inclusão perpassa o aspecto estático; trata-se de ação, de dinâmica para se adequar a essa sociedade plural em que vivemos. Incluir um indivíduo não se restringe a dar a ele o simples acesso ao espaço físico, mas garantir sua permanência, integração e comunicação com as demais pessoas.

Portanto, a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluía certas pessoas do seu seio e mantinham afastadas aquelas que foram excluídas. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e das suas origens na diversidade humana. Pois, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. (SASSAKI, 2005, p. 21)

O desafio da implementação de uma educação inclusiva no ensino superior se dá em duplo sentido. De um lado, deve-se problematizar essa realidade, questionando os fatores que ainda dificultam o acesso de estudantes com deficiência à educação superior; de outro, é necessário agregar qualidade à formação desse contingente de estudantes que está hoje acessando essa etapa de ensino, graças a lutas e demandas sociais nesse sentido.

Segundo Duarte e Cohen (2004), o impedimento de acesso a qualquer setor da universidade, quando imposto por alguma barreira física ou social, coloca a função educadora da instituição em “xeque”. O ensino público é o alicerce da democracia e a base fundamental para a superação das desigualdades. Nesse sentido, o planejamento do espaço educacional deve permitir o livre acesso de todos os segmentos da sociedade a todos os setores e níveis de aprendizado.

A impossibilidade de vivenciar o espaço da mesma forma que o outro usuário representa uma barreira ao relacionamento; barreira esta que pode em muitos casos, ser considerada maior que os obstáculos físicos do espaço urbano (...) muitas das limitações e incapacidade das PDL* não se devem a uma falta de habilidade de se adaptarem ao ambiente, mas a uma deficiência do espaço construído de abrigar diversidades. (DUARTE; COHEN, 2004, p. 6)

Isso significa dizer que deve haver a eliminação de todas as barreiras físicas e sociais às pessoas com ou sem deficiência, pois se uma única barreira impede uma

pessoa de ter acesso à educação, as funções sociais do ensino podem estar comprometidas.

Diante desse contexto, as instituições de educação superior, além de possibilitar o ingresso de pessoa com deficiência no ambiente de ensino, devem oferecer condições efetivas de permanência, com medidas para superação de obstáculos, de maneira que elas sejam, de fato, incluídas.

Neste sentido o papel social da universidade é fundamental, ela não poderá ser indiferente à diferença, é necessário que se busque um processo educacional mais justo e democrático. É preciso que o estado assuma uma dívida histórica com a educação da pessoa com deficiência. Contudo, aspectos legislativos, como as normas apenas, não vão dar conta da demanda para o setor, é preciso políticas públicas dirigidas com investimentos na qualificação de professores, e recursos tecnológicos, além da assistência estudantil nas universidades públicas em especial, para que se possa garantir a permanência desses estudantes. (ROCHA, MIRANDA, 2009, p. 32)

A comunidade acadêmica precisa assumir, juntamente com o Estado, seu papel efetivo na inclusão de todas as pessoas. É necessário um olhar para além das normativas institucionais, para além das políticas educativas que se transformam em resultados, em falsos indicadores de qualidade. O mero cumprimento legal não aponta para a real inclusão de PCD, que carecem de uma atenção, desde o ingresso, à permanência e saída das instituições de ensino superior.

Um dos grandes desafios do aluno com deficiência, na Educação Superior, é desenvolver sua vida acadêmica dentro de uma instituição de ensino que esteja preparada para recebê-lo. Para tanto, a instituição deve estar atenta às adequações pedagógicas e físicas, levando em consideração as normas previstas pela Lei nº 10.098/00, que estabelece as regras gerais para promoção da acessibilidade urbanística, arquitetônica, de transporte e de comunicação. (DANTAS, 2017, p. 78)

Algumas reflexões importantes podem ser feitas a partir do fator crescimento no número de pessoas com deficiência nas universidades. Uma delas diz respeito ao caráter elitista da educação superior que por muito tempo perdurou e, na medida em que políticas públicas compensatórias e inclusivas são adotadas, começam a ser construídas condições favoráveis ao processo de consolidação da democratização do acesso e permanência na educação superior.

Ristoff (2016, p. 35) comprovou, em seus estudos, que até os cursos superiores mais democratizados, foram afetados fortemente pelas políticas públicas de ações afirmativas em vigor, aumentando, de forma considerável e relevante, a inclusão de uma parcela da população que anteriormente não tinha acesso à educação superior.

É fato que inúmeras políticas públicas vêm sendo implementadas a favor da inclusão social da PCD e mostram resultados positivos, principalmente no âmbito educacional. Nessa perspectiva Moreira (2005), acredita que o aumento do número de pessoas com deficiência no ensino superior nos últimos anos seja decorrente dessas ações de melhorias implementadas no contexto educacional em se tratando de educação inclusiva.

De acordo com o Censo da Educação Superior (INEP, 2018), foram efetuadas 43.633 matrículas de PCD em todo o país, nos cursos de graduação presencial e a distância. Esse dado demonstra a importância do fortalecimento e consolidação da política de inclusão do país.

O que torna mais evidente a necessidade de a universidade se organizar previamente para que possa atender não só às perspectivas atuais, mas também às futuras, dessas pessoas. As instituições de ensino são de extrema importância para compreender o que interfere e o que não interfere no processo de permanência, pois elas atuam diretamente no processo de inclusão e acessibilidade.

[...]talvez seja mais correto designar a área do acesso como acesso/permanência ou mesmo acesso/permanência/sucesso, uma vez que o que está em causa é garantir, não só o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes oriundos de classes ou grupos sociais discriminados. (SANTOS, 2004, p. 50-51)

Vale ressaltar que uma das exigências legais para a avaliação externa das IES, conforme Decreto nº 9.235/2017, é a apresentação, dentre outros documentos, de um plano de garantia de acessibilidade; refletindo, portanto, em uma política de estímulo a inclusão no ensino superior. Nesse sentido, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, a Portaria nº 3.284/2003, apresenta os requisitos de acessibilidade para estudantes com deficiência física:

- a) Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- b) Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- c) Construção de rampas com corrimões ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeiras de rodas;
- d) Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeiras e rodas;
- e) Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- f) Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas. (BRASIL, 2003, art. 2º)

É fundamental reconhecer a participação da comunidade de usuários no sentido de que não somente utilizem os serviços, mas que também forneçam um *feedback* da qualidade desses serviços a fim de promover um processo continuado de aprimoramento do espaço físico e do atendimento recebido. No âmbito de uma biblioteca, isso significa refletir que os serviços da Biblioteca Universitária não devem simplesmente ser configurados de forma impositiva, mas devem considerar as necessidades e demandas dos usuários, sendo este o ponto primordial para uma prática dialógica que, contextualizada com a voz daqueles que vivem os desafios diários, faça sentido e contemple uma prática inclusiva.

De acordo com Teixeira (2010, p. 33), a “Universidade não tem somente e exclusiva a função de difundir o conhecimento, ou de conservar as experiências humanas, ou de preparar práticos e profissionais.” Trata-se de manter uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva (TEIXEIRA, 2010).

No que concerne à formação de pessoas e à construção de uma sociedade desenvolvida e mais justa em todos os seus aspectos, a dinâmica da educação deve estar voltada primordialmente para formação do indivíduo, garantindo, dessa forma, a liberdade de opinião e expressão, o respeito ao indivíduo e o reconhecimento da necessidade dos outros (OTRANTO, 2011).

2.3 LOCUS DA PESQUISA: A BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

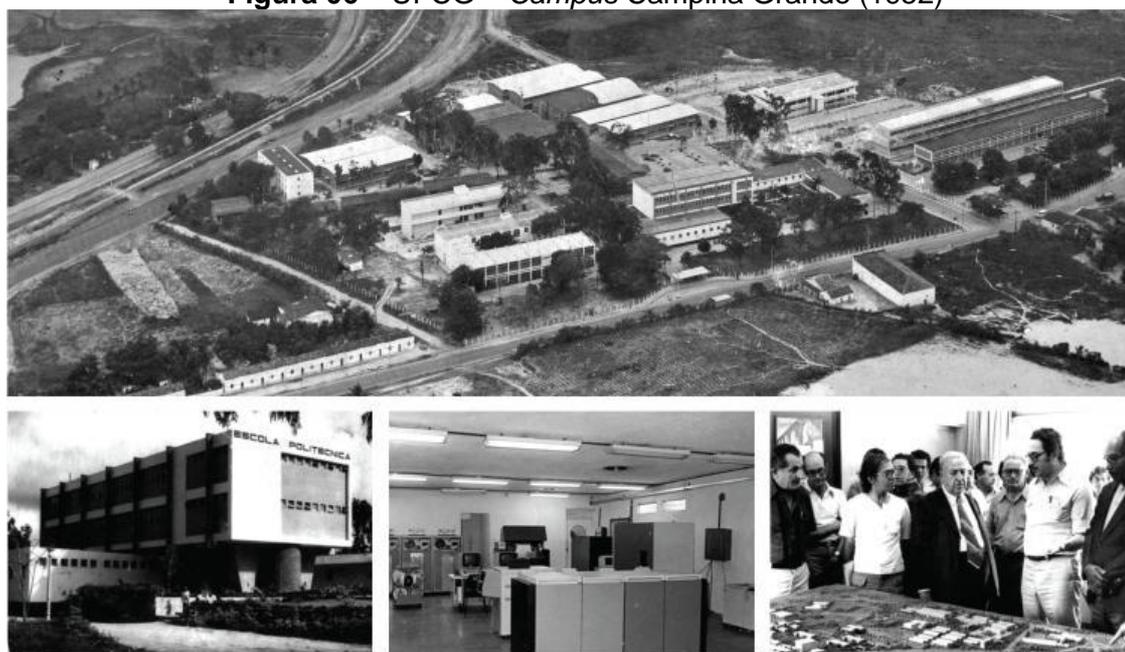
Aqui cumpre apresentar um pouco a história do local que servirá ao presente estudo. A pesquisa foi desenvolvida na Biblioteca Central (BC) da Universidade

Federal de Campina Grande (UFCG), localizada no bairro de Bodocongó, no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba.

A UFCG foi criada a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pela Lei nº. 10.419 de 09 de abril de 2002. Sua gênese é datada na década de 1950, quando foram constituídas a Escola Politécnica de Campina Grande (1952) e a Faculdade de Ciências Econômicas (1955), período em que a educação superior dava os primeiros passos no estado. Este momento histórico foi responsável pela estruturação de uma identidade própria, que acarretou o desmembramento e sua criação (UFCG, 2018).

A partir do ano de 2007, houve uma expansão da UFCG, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que desenvolveu políticas de expansão, reestruturação e interiorização das universidades públicas. Dessa forma, a UFCG dispõe, atualmente, de 7 *campi* distribuídos entre as cidades de Cajazeiras, Sousa, Pombal, Patos, Cuité, Sumé e Campina Grande, sua sede. Possui 11 centros de ensino, 96 cursos de graduação na modalidade presencial, 35 mestrados, 11 doutorados, 17.127 alunos na graduação e 2.346 alunos no mestrado e doutorado (UFCG, 2020). As figuras 06 e 07, ilustram a estrutura física da sede em dois períodos distintos, uma do ano de 1952 e outra de 2019.

Figura 06 – UFCG – *Campus* Campina Grande (1952)



Fonte: <https://portal.ufcg.edu.br>

Figura 07 – Reitoria da UFCG e laboratórios de pesquisa (2019)



Fonte: <https://portal.ufcg.edu.br>

A UFCG vem consolidando, no decorrer de sua história, uma tradição de excelência acadêmica no ensino, na pesquisa e na extensão, fomentando o desenvolvimento econômico da região e a inclusão social, em defesa da promoção do desenvolvimento humano, do progresso científico e tecnológico e da ponderação dos problemas sociais (UFCG, 2018).

Diante da relevância da instituição no cenário regional e nacional, torna-se imprescindível a garantia, em toda sua estrutura, de acessibilidade para todas as pessoas. Além disso, o aumento crescente do número de alunos com deficiência que ingressaram no ensino superior respalda essa necessidade. De acordo com o Censo da Educação Superior (INEP, 2018), foram efetuadas 43.633 matrículas de pessoas com deficiência em todo o país, nos cursos de graduação presencial e a distância. Na Paraíba, registraram-se 1.879 matrículas, dessas 1.163 foram realizadas na rede federal de ensino.

Apresentada, de forma breve, a UFCG, cabe ainda caracterizar a Biblioteca Central, *locus* dessa pesquisa. Sediada em Campina Grande e criada como Biblioteca Setorial da UFPB, *Campus II*, iniciou suas atividades já em prédio definitivo bloco AD, no mês de agosto de 1979.

Com o desmembramento, transformou-se naturalmente em Biblioteca Central da UFCG, responsável por coordenar as atividades técnicas de todas as bibliotecas

da instituição. Em 2008, foi aprovada pelo Colegiado Pleno a Resolução 09/2008, formalizando a criação do Regulamento do Sistema de Bibliotecas da UFCG (SISTEMOTECA).

O SISTEMOTECA, que abrange a BC e as bibliotecas setoriais, refere-se a um conjunto de bibliotecas integradas sob os aspectos funcional e operacional, objetivando a unidade e a harmonia das atividades de coleta, tratamento, armazenagem, recuperação e propagação de informações, para apoiar os programas de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Seus serviços estendem-se a toda a comunidade paraibana, nos seus objetivos relacionados à educação, cultura e pesquisa; e suas principais atividades, constantes no Regulamento, são:

- I - selecionar material documental que interesse ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- II - efetuar os registros que permitam assegurar o controle e a avaliação do material documental;
- III - tratar o material documental de acordo com os processos técnicos adotados;
- IV - fazer circular, para fins de disseminação de informações junto ao usuário, todo o acervo documental disponível;
- V - oferecer um serviço de documentação e informação, para apoio aos programas de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão (UFCG, 2008, art. 2).

Observa-se a importância da BC como ambiente que promove a difusão da informação e do conhecimento, possibilitando o acesso aos serviços e aos materiais por ela disponibilizados à comunidade acadêmica. A biblioteca universitária, executa um papel fundamental, pois opera para o tratamento, armazenamento, uso e reprodução do conhecimento científico e tecnológico, proporcionando serviços de informação e utilização de produtos, com a finalidade de apoiar o tripé da educação superior: ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, a biblioteca precisa estar adequada para atender todas as pessoas que buscam seus espaços e serviços.

Por isso, esta pesquisa buscou identificar as fragilidades relacionadas à acessibilidade arquitetônica da BC, por meio da verificação das barreiras existentes, de forma a contribuir com o desenvolvimento de ações que visem melhorar sua estrutura física e, conseqüentemente, refletir na garantia do acesso, da permanência e do sucesso de todas as pessoas no âmbito acadêmico; repercutindo, ainda, na responsabilidade social da UFCG, na qualidade de instituição que estimula e propicia uma prática inclusiva.

No próximo capítulo, referente à análise e discussão dos dados, a estrutura física da BC será mais detalhada, para comparação com o que preconizam as normas vigentes sobre o tema. O foco foi analisar as condições de acessibilidade arquitetônica, a partir das barreiras físicas existentes, considerando sua edificação, seus espaços, mobiliários e equipamentos, em observância ao que a NBR 9050:2020 da ABNT dispõe sobre o assunto.

3. ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

Neste capítulo, apresentamos os dados obtidos por meio da análise documental, baseada na Portaria nº.40/2013, do MEC, onde consta o Parecer nº 235/2012 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) para o Recredenciamento da UFCG; no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFCG correspondente ao período 2014-2019; nos Relatórios de Autoavaliação Institucional (RAAI's) elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e relativos aos anos de 2013 a 2015; no Relatório de Divulgação dos Resultados da Prefeitura Universitária (PU) sobre o exercício de 2015; na Norma Brasileira (NBR) 9050:2020 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); bem como nas imagens realizadas pela pesquisadora, que representam a atual configuração do prédio em que funciona a Biblioteca Central (BC) da UFCG e sua observação direta no intuito de detectar e obter informações não contempladas nos documentos.

A escolha da organização desse capítulo em tópicos, partiu da necessidade de facilitar a compreensão dos dados, posto que foram analisados documentos de órgãos e setores distintos, relativos a diferentes anos.

3.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA E AUTOAVALIAÇÃO DA UFCG

Nesta parte da pesquisa, foi analisado o parecer referente à avaliação institucional externa, realizada pela comissão designada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), responsável por conduzir a avaliação de cursos de graduação e de IES em todo o país (INEP, 2018, p. 1).

Buscou-se considerar também os RAAI's da UFCG, elaborados pela CPA, alusivos aos anos de 2013 a 2015. Tratam-se de documentos que fornecem informações sobre as diversas dimensões da instituição, com o objetivo de subsidiar suas ações com vistas à melhoria da qualidade da educação ofertada.

Vale salientar que a análise desses documentos destinou-se à identificação de fragilidades apontadas, que dizem respeito à infraestrutura da UFCG e que abrangem a acessibilidade e a Biblioteca Central.

No tocante à avaliação institucional externa, cumpre esclarecer que à época do credenciamento da UFCG, as referências para a verificação *in loco* foram as normas e indicadores do SINAES, com o PDI aprovado para o período de 2006-2009. O ato regulatório vigente de credenciamento da UFCG, constituído pela Portaria nº 40, publicada no D.O.U. de 23/1/2013, Seção 1, p. 5, possui prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme a artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, com validade até 22/01/2023.

De acordo com o Parecer nº. 235/2012 da CES/CNE, constante na referida Portaria, foi aprovado, por unanimidade, o voto da Relatora e Conselheira Maria Beatriz Luce, favorável ao credenciamento da UFCG, que, após a verificação *in loco*, obteve o Conceito Institucional 3, configurando um perfil apenas satisfatório. Esse conceito geral fundamenta-se nos conceitos e registros descritivos referentes às 10 dimensões do SINAES, já abordadas neste trabalho.

Acerca da apreciação da dimensão 7 do SINAES, a UFCG obteve conceito 2, pois, conforme o relatório, a comissão avaliadora considerou seu PDI omisso com relação à infraestrutura física de ensino, pesquisa, biblioteca, comunicação e recursos de informação. Os avaliadores também mencionaram a ausência de condições de acesso para Pessoas com Deficiência (PCD) em salas de aula, biblioteca e laboratórios, julgando também esse indicador como não atendido.

A falta de dados no PDI, inviabiliza a análise de coerência. A visita *in loco* e as entrevistas com discentes e docentes demonstraram que a infraestrutura física não está adequada ao porte da IES e não atende à legislação vigente sobre acessibilidade. As salas de aula e os laboratórios são adequados para alguns cursos, enquanto que para outros, as condições de trabalho estão longe de serem as ideais. (BRASIL, 2013 p. 6)

Especificamente em relação à BC, o relatório que integra o Parecer nº. 235/2012 da CES/CNE, constante na Portaria nº. 40/2013, do MEC, aponta que o setor não dispõe de exemplares suficientes para consulta nas disciplinas mais básicas dos cursos, apesar de possuir os títulos mais expressivos das diversas áreas. Além disso, menciona que o sistema ainda não está totalmente informatizado e o acervo não está em bom estado de conservação, possuindo uma reposição tímida.

A biblioteca disponibiliza espaço para consulta, estudo individual e em grupo, porém o ambiente não é o mais adequado em função da pouca circulação de ar, ausência de climatização e o mobiliário não proporciona o conforto necessário tanto em qualidade quanto em

quantidade. Os avaliadores constataram que a Instituição está realizando um processo de modernização da sua infraestrutura, tendo construído nos últimos dois anos prédios novos para sala de aula. (BRASIL, 2013, p. 6)

No que diz respeito ao acervo físico, desde a visita para avaliação do credenciamento até o momento, já houve compras de livros para atualização das obras, conforme solicitação dos cursos. Entretanto, seu estado de conservação é precário devido à escassez na equipe de limpeza e à falta de climatização, que implica na necessidade de manter todas as janelas abertas, acarretando a entrada de poeira, inseto e água da chuva, se não fechadas imediatamente.

Ainda no tópico acervo, cumpre salientar que, atualmente, a BC está vivenciando uma transição de biblioteca tradicional para biblioteca híbrida, iniciando novas experiências em sistemas integrados e serviços, em virtude do contrato firmado entre a UFCG e a Biblioteca Virtual Pearson, com prazo de 24 meses e custo de R\$ 720 mil. O serviço passou a ser oferecido no dia 04 de maio de 2020, permitindo o acesso de 23 mil usuários, entre alunos, professores e servidores da instituição e disponibilizando um acervo com mais de 8 mil títulos em diversas categorias – técnicos, científicos, acadêmicos e literários - e parceria com mais de 25 editoras (UFCG, 2020).

Com a expansão das ferramentas digitais e a necessidade de usar a tecnologia a favor da sociedade, é fundamental que a biblioteca se ajuste a essa realidade. Diferente da biblioteca tradicional que possui acervo exclusivamente impresso e serviços prestados apenas no seu local físico, as bibliotecas híbridas dispõem de acervo físico e digital, ofertando serviços tanto no ambiente eletrônico quanto no ambiente físico (SILVA FILHO, 2018, p. 29).

Trata-se de um serviço recente, sem a possibilidade de análise no momento, mas de grande importância, pois fomenta maior acesso à informação técnico-científica, possibilita economia financeira comparando seu custo x benefício, uma vez que o mesmo exemplar estará disponível a todos os usuários, diferente do que ocorre com o acervo físico, além de garantir a segurança e preservação da obra que não corre o risco de ser deteriorada ou perdida.

A Biblioteca Virtual constitui um benefício para a comunidade acadêmica, garantindo ao usuário o acesso as obras disponíveis, independente do local físico. Entretanto, tal expansão não representa a eliminação das barreiras de acessibilidade,

pois, elas possuem várias dimensões, como já abordado anteriormente. Assim, a acessibilidade do edifício da BC também deve ser assegurada, para que não se utilize do serviço digital como argumento para o não atendimento às normas, no sentido de justificar que uma PCD, por exemplo, não necessite mais de deslocar-se até o prédio para solicitar o empréstimo de um livro; tal fundamento violaria o direito de locomoção, garantido a todos, bem como estimularia a segregação, que deve ser combatida também no âmbito acadêmico.

Quanto à informatização do sistema utilizado na BC, foi implantado o Sistema de Automação de Biblioteca (SABI), sob a responsabilidade técnica do Serviço de Tecnologia da Informação (STI), com o objetivo de gerenciar as ações e interações dos usuários/leitores das bibliotecas da instituição com os seus respectivos acervos. As funções do SABI são: realizar reserva de item do acervo, cancelar reserva de item do acervo, renovar empréstimos, realizar cadastro preliminar, consultar o acervo e consultar a situação do usuário-leitor (UFCG, 2017, p. 103). Entretanto, o sistema está disponível para alunos da graduação, docentes e técnicos-administrativos, não abrangendo os alunos da pós-graduação que, até o momento, realizam seus cadastros em fichas manuais.

Passando agora para a avaliação institucional interna, a partir da análise dos RAAI's elaborados pela CPA da UFCG, convém ressaltar que o último relatório disponibilizado no site é referente ao exercício de 2015. Então, frente à necessidade de examinar relatórios atuais, esta pesquisadora os solicitou formalmente à instituição. Contudo, obteve como resposta a informação de que a CPA está em processo de recomposição e que a Secretaria de Planejamento e a Reitoria têm atuado na avaliação institucional e tornado público os resultados por meio de relatórios de gestão, publicados anualmente na página eletrônica da instituição. Ao fazer a consulta dos referidos relatórios, constatou-se que o último publicado se refere ao exercício de 2018 e os únicos dados relevantes à esta pesquisa, sobre infraestrutura, foram apontar como desafio a execução do planejamento institucional e como ação futura a maximização do uso da estrutura física e sua manutenção com eficiência (UFCG, 2018, p. 89).

Por isso, para corresponder ao período de vigência do PDI (2014-2019) da UFCG, foram considerados neste trabalho, os RAAI's de 2014 e 2015, e ainda o de 2013 para sua comparação com as observações feitas pela comissão de avaliação externa sobre o credenciamento institucional.

Dentre os RAAI's aqui apreciados, o que contemplou o eixo 5 de forma específica foi o referente ao ano-base de 2013. A autoavaliação foi subsidiada pelos relatórios emitidos pelas respectivas instâncias administrativas da UFCG e apresentou as fragilidades demonstradas no quadro 04, acerca da sua infraestrutura, fazendo menção à Biblioteca Central e à acessibilidade.

Quadro 04 – Fragilidades sobre infraestrutura no RAAI (2013) da UFCG

FRAGILIDADES SOBRE INFRAESTRUTURA NA AUTOAVALIAÇÃO 2013
As instalações apresentam-se, em alguns casos, mal distribuídas, necessitando de reestruturação dos espaços físicos;
Ambientes administrativos não climatizados;
Adequação do espaço físico;
Melhorias nas instalações gerais;
Ampliação e renovação do acervo da Biblioteca;
As condições de acesso para pessoas com deficiência são bastante precárias;
Necessidade de adequação da infraestrutura para pessoas com deficiência;
Quantidade insuficiente de volumes, de obras básicas e complementares e de bibliografia em geral;
Apesar da aquisição de novos livros nos últimos anos, ainda não está no nível desejado pelo corpo docente e discente;

Fonte: Elaboração da autora, 2020, com base no RAAI UFCG (2013, p. 40).

Pode-se verificar, ao comparar o RAAI (2013) e o relatório constante no parecer sobre o recredenciamento da UFCG (2013), que consta, em ambos, a reprodução das fragilidades referentes à: falta de condições de acesso para PCD; inadequação da infraestrutura física; não atendimento à legislação sobre acessibilidade; insuficiência de exemplares no acervo da BC; e ausência de climatização em muitos ambientes, o que interfere na comodidade.

O RAAI (2013) afirma ainda que um dos itens que mais recebeu reclamações foi o da infraestrutura de biblioteca. As limitações indicadas por alunos e professores foram: climatização inadequada; inexistência de um sistema anti-mofo; deficiência em termos de títulos e volumes de livros; poucos periódicos à disposição da

comunidade acadêmica; pessoal despreparado para trabalhar em biblioteca; espaços insuficientes para estudos individuais e em grupos, além de possuir limitado número de terminais de consulta para as demandas.

Qualquer instituição universitária só pode desenvolver suas atividades típicas de forma adequada e satisfatória quando apoiada numa infraestrutura que lhe dê suporte. Por se tratar de processos de aprendizagem, de uma contínua formação de conhecimento, um dos pontos principais dessa infra-estrutura é a existência de uma boa biblioteca. (UFCG/RAAI, 2013, p. 42)

Apesar de ressaltar que a infraestrutura da biblioteca foi o tópico com mais queixas, o RAAI (2013) estabeleceu ações a serem implementadas apenas para a melhoria no acervo bibliográfico, expansão da rede de acesso a internet e a portais de periódicos, não apresentando ações referentes às adaptações no prédio e mobiliários da BC em atendimento às normas de acessibilidade.

Além disso, afirmou que somente os prédios recém construídos, os quais tiveram seus projetos elaborados após o ano de 2000, estão adaptados com condições de acesso para PCD. Contudo, não é o que se constata, de fato, pois, apesar da reforma realizada para a ampliação da BC, o prédio não atende totalmente às normas de acessibilidade, como evidenciado nas verificações de barreiras arquitetônicas expostas mais adiante.

O RAAI (2014), diferente dos demais, consistiu na sistematização gráfica dos resultados dos questionários respondidos por docentes, discentes e técnicos-administrativos, disponibilizados na página eletrônica da instituição, de janeiro a março de 2014. Esse relatório foi estruturado apresentando: dados de identificação da UFCG, breve histórico da universidade, aspectos legais da CPA, metodologia do trabalho utilizada pela comissão, apresentação dos resultados levantados no processo de autoavaliação, considerações finais e anexo.

Dessa forma, apesar das centenas de perguntas apresentadas no RAAI (2014), foram demonstradas no quadro 05 apenas as que têm relação com a temática objeto desse estudo, e que possuem como respostas SIM, NÃO e PARCIALMENTE, para análise das fragilidades consideradas pela comunidade acadêmica.

Quadro 05 – Questões sobre infraestrutura no RAAI (2014) da UFCG

Perguntas	Sim %	Não%	Parcialmente%
A biblioteca tem espaço físico suficiente para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão?	24	26	22
As instalações físicas são adequadas às condições de acesso para pessoas com deficiência (rampas com inclinação adequada para cadeiras de roda, vagas de estacionamento, instalações sanitárias)?	4	39	13
A manutenção e a conservação das instalações físicas estão adequadas ao funcionamento da Instituição?	19	20	37
As instalações da biblioteca estão adequadas, em termos de acervo, conservação do acervo, cabines de estudos individuais e cabines de estudos em grupo?	18	20	36
Há iniciativas e/ou projetos voltados para pessoas com deficiência?	11	22	14
A UFCG tem uma política que estabeleça diretrizes para a adequação e/ou melhoria do acesso às pessoas com deficiência?	3	16	16

Fonte: Elaboração da autora, 2020, com base no RAAI da UFCG (2014).

É possível identificar, dentre as perguntas, que a com maior porcentagem de respostas negativas foi, justamente, a que aborda as condições de acesso nas instalações físicas para PCD. A percepção desfavorável se repete, ainda, sobre as iniciativas e projetos para esse público e sobre a política institucional para adequar e melhorar o acesso dele.

Por fim, o RAAI (2015) corresponde a um relatório institucional parcial com enfoque apenas em dois eixos (1 e 2), que constam respectivamente, do Planejamento e Avaliação Institucional e do Desenvolvimento Institucional. O Eixo 1 considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Avaliação); o Eixo 2 contempla as dimensões 1 (Missão e o PDI) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição). “No ano de 2015, a CPA da UFCG optou por trabalhar com dados/informações coletadas nos setores e não por meio do seu instrumento oficial” (UFCG, 2015, p. 24).

O próprio documento indicou que os trabalhos foram comprometidos devido à estrutura multicampi da instituição, que afetou a composição da comissão definida

na Resolução nº 06/2010, do Conselho Pleno Universitário. Apontou ainda a falhas apresentadas quanto ao acompanhamento, especialmente na constatação de inexistência de um plano de melhorias específico das ações provenientes das avaliações, tanto internas como externas em poder da CPA.

A CPA ainda não conseguiu implantar uma metodologia capaz de, em tempo hábil, levantar os dados, analisá-los de forma pertinente e publicá-los de modo a constituir uma maior capilaridade nas diferentes dimensões da UFCG. (UFCG/RAAI, 2015, p. 22)

Mesmo não abordando o eixo de infraestrutura, o RAAI (2015, p. 27) declarou, como fragilidades diagnosticadas em autoavaliações anteriores, a inadequação da infraestrutura para a inclusão de PCD e a dificuldade de acesso para esse público em vários setores da instituição.

O estudo desses processos autoavaliativos da UFCG (2013-2015) permitiu verificar que o envolvimento da comunidade acadêmica – professores, discentes e técnicos administrativos - com a avaliação foi relativamente pequena, o que torna evidente a necessidade de se estabelecer um trabalho de sensibilização no sentido de mostrar o papel desempenhado pela avaliação no que concerne ao processo avaliativo.

A autoavaliação permite a produção de informações que auxiliam na adoção de medidas políticas, pedagógicas e administrativas, possibilitando o acompanhamento das ações previstas no PDI e subsidiando o planejamento de novas ações, objetivando o aprimoramento das diretrizes e ações desenvolvidas pela universidade.

No entanto, esse processo avaliativo não deve ser compreendido somente como mecanismo de produção e de juízo de valor sobre a universidade, mas, especialmente, como um processo que reconhece as relações humanas. Para tal, é importante garantir a interação e a intervenção dos indivíduos da realidade estudada, assegurando participação ativa e responsável, pois trata-se de uma experiência social significativa que forma valores e promove mudança da cultura avaliativa, fomentando o desenvolvimento humano e institucional.

3.2 ACESSIBILIDADE E BIBLIOTECA CENTRAL NO PDI (2014-2019)

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o documento que identifica a IES, concernente à sua filosofia de trabalho, à missão com a qual se compromete, às diretrizes pedagógicas que norteiam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver e a coerência, de forma a expressar a adequação entre todos estes elementos (BRASIL, 2006). Dessa forma, “O PDI traz a caracterização geral da IES, em caráter descritivo, denso, nomeando parte a parte toda a constituição administrativa, pedagógica e de pessoas que determinam o perfil da IES” (PICAU, 2008, p. 96).

Ele passa a ser o ponto de partida, direcionando o desenvolvimento da IES, cumprindo o determinado na legislação, como um documento essencial à gestão universitária e, conseqüentemente, à definição do modelo de gestão a ser implantado. (SOUZA, 2007, p. 85).

Para Silva *et al.* (2014, p. 83), apesar de o modelo de PDI, recomendado pelo decreto não possuir um caráter estratégico e dispor de algumas limitações, seu impacto sobre as IES é positivo e, quanto maior a cultura de planejamento e absorção pelos gestores dos conhecimentos sobre as técnicas de utilização dessa ferramenta, melhor estará a instituição.

Observada a organização acadêmica da instituição, o artigo 21 do decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino, preconiza em seu o parágrafo IX que o PDI deve conter, entre outros elementos, características de sua infraestrutura física e instalações acadêmicas.

Logo, observa-se a infraestrutura física como elemento indispensável no PDI e o decreto traz ainda a obrigatoriedade de se especificar, com relação à biblioteca, informações sobre: 1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia; 2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; 3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos (BRASIL, 2017).

Diante disso, é possível evidenciar a importância da biblioteca para a comunidade acadêmica e reiterar a necessidade da sua estrutura física garantir

acessibilidade a todos, de modo que seus usuários possam desfrutar dos seus serviços e espaços de forma plena, autônoma e segura. Ademais, o critério infraestrutura possui o maior peso (30) na avaliação institucional – do mesmo modo que o critério de desenvolvimento institucional -, como explicado no capítulo sobre o referencial teórico.

Após essa breve elucidação, iniciamos a análise do atual PDI da UFCG, correspondente ao período 2014-2019, pois, durante a realização dessa pesquisa, o PDI (2020-2024) ainda se encontrava em fase de elaboração. Aprovado pela Resolução nº 05/2014, em 09 de outubro de 2014, ele apresenta a missão, a visão e as finalidades da universidade e propõe tópicos estratégicos alinhados a esta missão.

Além disso, o PDI aponta os objetivos institucionais, bem como as metas que se pretendem alcançar, descrevendo as ações voltadas para a realização dos fins, o suporte necessário de recursos, além de prever o delineamento do processo de execução das ações planejadas.

O planejamento nas instituições públicas é necessidade advinda, fundamentalmente, do compromisso com a transparência no uso racional dos recursos públicos e igual compromisso com as demandas sociais, com a qualidade do serviço prestado e com a efetividade desses serviços para o cidadão. Nessa perspectiva, o papel do planejamento de uma universidade é primordial para garantir sua governança, e conseqüentemente a execução eficiente de suas políticas de ensino, pesquisa e extensão, para assim aumentar as chances de sucesso, auxiliar no reconhecimento de problemas, identificar e explorar as melhores oportunidades, além de agilizar a tomada de decisões, assegurando a manutenção de mecanismos de avaliação e accountability, condições indispensáveis para se conceber, adequadamente, a construção de uma universidade que mobilize recursos, gere metodologias e, constantemente, reinvente o saber, originando ações que estimulem a reflexão teórica, a interpretação do mundo, a experimentação de processos, o desenvolvimento de tecnologias, e, por fim, opere mudanças positivas na realidade com que interage de forma efetiva. (PDI UFCG 2014-2019, p. 12)

No que tange à acessibilidade, constatou-se que o PDI (2014, p. 50) apresentou um plano diretor, contido no projeto pedagógico institucional, concentrando suas ações na criação de uma comissão de acessibilidade voltada para o atendimento a pessoas com deficiência. Compete a essa comissão avaliar permanentemente as condições de acessibilidade nos *campi* e emitir relatório para adequação de equipamentos existentes, como sintetizado no quadro 06.

Quadro 06 - Plano diretor de acessibilidade

AÇÃO	DEFINIÇÃO
Implantação da Comissão de Acessibilidade e Necessidades Especiais	Criação da Comissão de Acessibilidade e Necessidades Especiais, juntamente de seu regimento e de uma política de acessibilidade específica para cada <i>campus</i> , bem como diretrizes para o atendimento de pessoas com necessidades especiais.
Acessibilidade no <i>Campus</i> – Infraestrutura	Obras estruturais com base no relatório da Comissão de Acessibilidade para adequação dos equipamentos existentes.
Avaliação permanente das condições de Acessibilidade	A comissão de acessibilidade avalia permanentemente as condições de acessibilidade nos <i>campi</i> para a sugestão ou solicitação de alterações que se façam necessárias.

Fonte: Elaboração da autora, 2020, com base no PDI- 2014, p. 50.

Quanto a efetivação desse plano diretor, verificou-se que foi criado, por meio da Resolução nº 11/2016, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), órgão da administração superior, vinculado à Reitoria, com atendimento direcionado prioritariamente aos estudantes, podendo estender suas ações a servidores docentes e técnico-administrativos (2016, art. 2º).

De acordo com o Regimento Interno do NAI, sua finalidade é promover e assegurar ações e serviços de apoio especializado para garantia de inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiências física, sensorial, mental ou intelectual e transtornos de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, visando eliminar barreiras arquitetônica, comunicacional, informacional, atitudinal e curricular, que representem restrição à participação e o desenvolvimento acadêmico e profissional (UFCG, 2016, art 4º). Possui como objetivos, entre outros, a identificação, o diagnóstico e a promoção da eliminação das barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais e pedagógicas.

A Coordenação Geral do NAI ficou a cargo da prof^a. Marta Helena Burity Serpa, designada através da Portaria nº 130, de 18 de outubro de 2017, permanecendo na função até sua dispensa, efetuada em fevereiro do corrente ano.

O cargo foi então ocupado pela prof^a. Elaine Custódio Rodrigues Gusmão, constando os atos de dispensa e designação na Portaria nº 09, de 06 de fevereiro de 2020. No entanto, cinco meses após a substituição, a prof^a. Elaine Custódio também foi dispensada da função, de acordo com o publicado na Portaria nº 63, de 08 de julho de 2020, e não houve indicação de sucessor, de modo que até a presente data o NAI encontra-se sem Coordenador(a) Geral.

A Resolução de criação do NAI (2016, art. 3º) dispõe que sua estrutura para funcionamento será assegurada pela reitoria, mediante recursos oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), programas governamentais semelhantes e, de forma suplementar, do próprio orçamento da UFCG, ou projetos institucionais de financiamento submetidos a outras fontes de fomento. Todavia, o núcleo ainda não dispõe de sede ou espaço próprio para melhor desempenhar suas atribuições, pois sua estrutura foi prevista para ser instalada em uma área do pavimento térreo da BC, mas, até o momento, não foi efetivada. Apesar disso, o NAI seguiu tentando superar essas dificuldades para que o principal interessado em suas ações não fosse prejudicado. Para isso, a prof^a. Marta Serpa, enquanto coordenadora, disponibilizou sua sala, localizada no ambiente dos professores vinculados ao curso de pedagogia, para a realização de reuniões e atendimento aos alunos.

Importante destacar que tal problema necessita de urgente resolução, posto que a inexistência de ambiente físico, devidamente acessível, para o funcionamento do NAI dificulta parte de suas atividades; prejudica sua visibilidade, o desempenho de suas ações e, conseqüentemente, acarreta em prejuízo para quem depende de atendimento especializado que garanta uma igualdade material no âmbito universitário, resultando na permanência e no sucesso acadêmico do discente com deficiência.

Vale ressaltar, ainda, que a efetivação das demais ações indicadas no PDI (2014-2019) não pôde ser analisada neste trabalho. Não foi identificado, na página eletrônica da instituição, o registro de relatórios da comissão de acessibilidade; diante disso, esta pesquisadora solicitou tais documentos, por meio virtual devido à pandemia do covid-19, contudo, o pleito não foi atendido. Dessa ausência de respostas à solicitação, pode-se inferir que, ou a comissão ainda não realizou a avaliação permanentemente das condições de acessibilidade nos campi, ou dificulta o acesso a essa informação. Nesse último caso, considera-se fundamental a

divulgação do documento, em linguagem acessível ao público, em respeito ao princípio administrativo da publicidade, consagrado na Constituição Federal.

No que se refere à infraestrutura, o estudo do PDI da UFCG permitiu a identificação de ações propostas pela instituição relacionadas à acessibilidade no item 8.6.1, apontando como resultados esperados a criação de um ambiente de inclusão para a comunidade acadêmica, o reconhecimento social e o atendimento aos requisitos legais e normativos. Para alcançar tais resultados, as ações apresentadas foram: início do processo de adequação das instalações da UFCG para os requisitos de acessibilidade; execução de diagnóstico e elaboração de relatório/levantamento das necessidades de acessibilidade em documento próprio; realização das ações pontuais de criação de rampas.

Particularmente em relação à BC, o PDI (2014-2019, p. 141) apresentou o plano 8.41 para realização da sua reforma, com ações voltadas para a produção de projetos complementares e orçamento para posterior solicitação de contratação da obra, fiscalização, execução e acompanhamento para o seu definitivo recebimento. Além disso, indicou como resultado esperado “dispor de um ambiente com melhor infraestrutura para a biblioteca”.

Para acompanhar o andamento dessas ações declaradas no PDI, foi necessário tomar como base as atividades desenvolvidas pela Prefeitura Universitária (PU), que é o órgão responsável pelos assuntos concernentes à infraestrutura da Universidade, elaborando estudos e projetos de edificações, bem como executando e controlando as obras e serviços de engenharia nos *campi*. O quadro 07, demonstra uma síntese dos resultados alcançados pelo órgão relacionados à acessibilidade no exercício de 2015, divulgados em seu último relatório publicado na página da UFCG.

Quadro 07 – Serviços de acessibilidade realizados pela PU (2015)

Serviço	Descrição	Andamento
Projeto de urbanização, acessibilidade e serviços - <i>campus</i> de Campina Grande	Contempla serviços de pavimentação em blocos inter-travados, piso-grama, piso tátil de alerta e direcional, recuperação de escadas, pintura, colocação de guarda-corpo etc	Concluído com prazo para execução de 18 meses

Manutenção para reestruturação de passarela para acessibilidade	Construção de passarela com acessibilidade para PCD, ligando o bloco AB até a biblioteca central	Executada
Obra de reforma da Biblioteca Central	Melhorias na estrutura e acabamento da biblioteca do <i>campus</i> de Campina Grande	Em andamento

Fonte: Elaboração da autora, 2020, com base no Relatório da PU (UFCG, 2015)

Apesar de constar ações sobre acessibilidade, nota-se que a menção à BC se resumiu a sua reforma, que ainda não foi totalmente realizada, pois ainda falta a climatização completa dos ambientes e a adequação do que foi entregue ao que dispõe a norma da ABNT 9050:2020, como exposto e discutido no tópico adiante.

Além disso, não houve atualização dos resultados alcançados pela PU na página eletrônica da UFCG, o que prejudicou o progresso da análise documental, impedindo o acompanhamento dos seus trabalhos desenvolvidos no momento presente.

O relatório da PU afirma que “todos os novos projetos atendem aos requisitos de acessibilidade estabelecidos em lei, o que traduz a busca pela inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais”(2015, p. 6). Contudo, é importante destacar que projeto e execução de projeto são fases diferentes; por isso, observar a realidade, examinando a dimensão existente, tornou-se um dos objetivos específicos dessa pesquisa. Dessa forma, para verificar a acessibilidade arquitetônica da BC, de acordo com as definições da NBR 9050:2020, foi necessário utilizar também a fotografia como método de coleta de dados, servindo como material de análise da sua infraestrutura.

3.3 OBSERVAÇÃO DAS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS DA BIBLIOTECA CENTRAL

Aqui a problemática da presente pesquisa, qual seja, a acessibilidade arquitetônica da BC, é apresentada de forma detalhada, identificando sua estrutura predial com as barreiras físicas existentes, em observância ao que dispõe a ABNT NBR 9050:2020, atualizada recentemente por meio da Emenda 1, de 03.08.2020,

que cancelou e substituiu a ABNT NBR 9050:2015. Tal norma foi aqui empregada por servir de complemento ao Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 na promoção da acessibilidade.

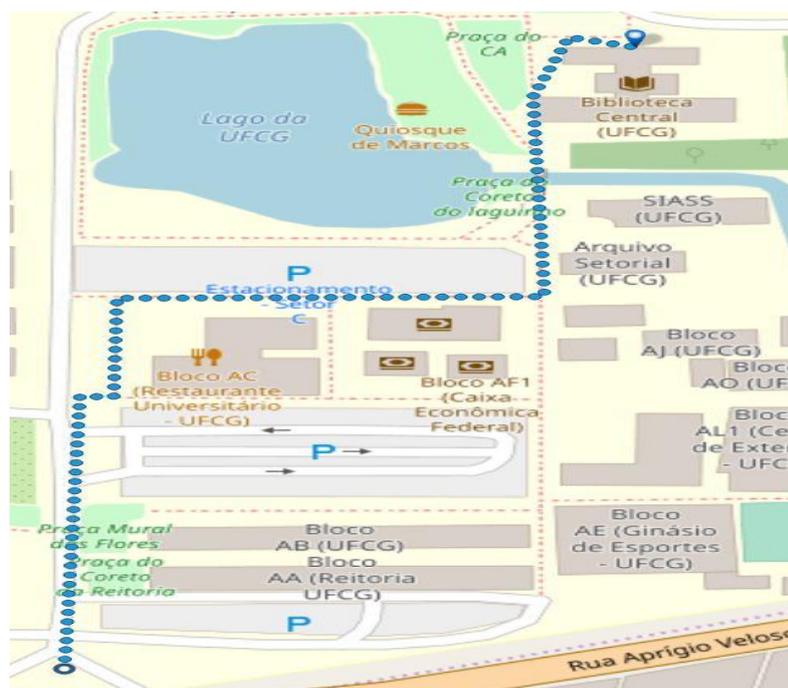
Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

§ 1º Para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que:

I - está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto. (BRASIL, 2004, art. 24)

A partir dessa averiguação, foi possível perceber os dados expostos a seguir. Partindo da área externa, para se chegar até a BC pela entrada principal da UFCG, o usuário se desloca um pouco mais de 500m, encontrando o prédio após o lago, como se pode observar na rota disponível no endereço eletrônico da Prefeitura Universitária (PU).

Figura 08 – Rota da guarita principal até a BC



Fonte: Prefeitura Universitária UFCG, 2020.

O estacionamento mais próximo da BC fica cerca de 50 metros do edifício e é dividido entre outros setores que funcionam nas proximidades, como bancos, academia, Restaurante Universitário, PU, Arquivo Geral, Almoxarifado e Patrimônio Geral, Serviço de Atenção Integrada à Saúde do Servidor – SIASS, Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, e demais blocos circunvizinhos.

Figura 09 - Estacionamento



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Recentemente, foi realizado nesse estacionamento o serviço de pavimentação em blocos intertravados e sua demarcação respeitou a reserva de vaga para veículo que conduza ou seja conduzido por pessoa com deficiência e para veículo de serviço de saúde, como demonstrado na figura 10. A reserva para veículo conduzido ou que conduza pessoa idosa foi delimitada próxima ao banco e mais distante do acesso à BC.

Contudo, percebe-se que a sinalização foi feita apenas de forma horizontal, através de pintura no chão e hoje encontra-se pouco nítida, incompatível com a NBR 9050:2020 (p. 81) que estabelece que “a sinalização vertical das vagas reservadas

deve estar posicionada de maneira a não interferir com as áreas de acesso ao veículo, e na circulação dos pedestres”. Essa ausência de visibilidade, seja na pintura ou na falta de sinalização vertical, pode estimular o desrespeito à reserva do espaço no estacionamento, dificultando o acesso a quem, de fato, necessita da vaga.

Figura 10 – Reserva de vaga para PCD e ambulância



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Partindo desse estacionamento, o trajeto principal de acesso à biblioteca era feito por uma ponte conectada à passarela. Apesar de ser constituída por uma via parcialmente livre de obstáculo para pedestres, ela não correspondia ao que a NBR 9050:2020 considera como rota acessível, pois possuía terreno irregular, não apresentava piso antiderrapante, nem possuía corrimãos.

A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação. (NBR 9050:2020, p. 52)

Infelizmente, em 24 de março deste ano, devido às fortes chuvas na cidade, um reservatório de água que fica dentro do *campus* da UFCG se rompeu e seu muro

de contenção, que era situado na parte de trás da BC, desabou, destruindo também a ponte que dava acesso ao prédio pelo estacionamento. O local está passando por limpeza e reforma, e, no momento das fotos dessa pesquisa, possuía a seguinte configuração:

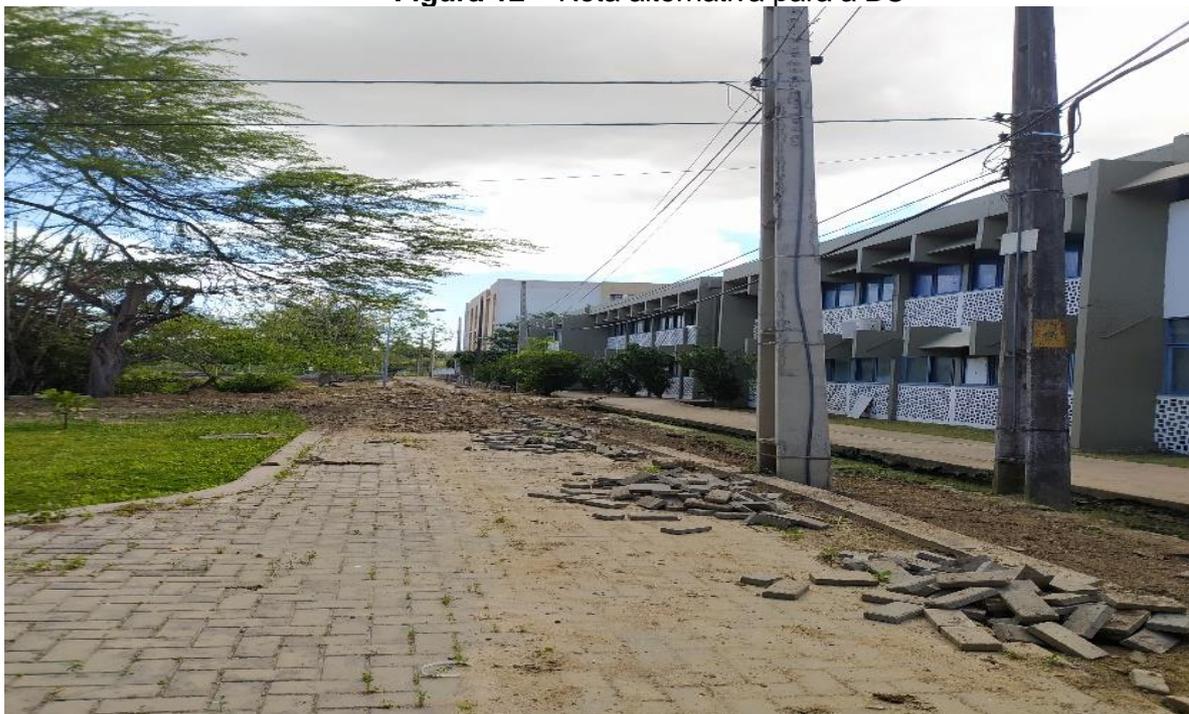
Figura 11 – Local da antiga ponte



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Logo, até que os serviços de limpeza e reconstrução sejam concluídos, o acesso pelo estacionamento está inviável. Para se chegar até a BC hoje é necessário contornar o lago; entretanto, esse caminho ainda está sendo reformado, constituído de areia e com tijolinhos, a serem usados, dispostos pela rota, como demonstrado na figura 12. Existe ainda outra entrada com estacionamento que permite se chegar até a BC; contudo, seus aspectos e características não foram consideradas neste trabalho por se encontrar acima da distância máxima observada pela ABNT NBR 9050, uma vez que, diante da impraticabilidade da execução de uma rota acessível entre o estacionamento e acessos, devem ser previstas vagas de estacionamento, em outro local, para PCD e para pessoas idosas, a uma distância máxima de 50 m até um espaço acessível (ABNT 9050:2020, p. 52).

Figura 12 – Rota alternativa para a BC



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Chegando ao prédio onde funciona a BC, pode-se observar que ele possui três pavimentos, térreo, 1º e 2º andares, como caracterizado nas figuras das plantas baixas disponibilizadas pela PU da UFCG, anexadas a este trabalho.

Existem quatro entradas que dão acesso ao edifício: a principal (fachada), a entrada da secretaria e direção, a da seção de periódicos e multimeios e ainda a rampa externa que se localiza na lateral esquerda do prédio; contudo, não há qualquer sinalização informativa e direcional da localização dessa rampa.

A sinalização de identificação deve estar localizada junto às portas de entrada da edificação. Planos ou mapas acessíveis de orientação devem ser instalados, sempre que necessário, imediatamente após a entrada principal das edificações. Sinalização adequada deve ser prevista ao longo do percurso. (NBR 9050:2020, p. 141)

Importante salientar que a rampa externa, exibida na figura 13, só permite o acesso até o 1º andar da BC. Na reforma executada para a ampliação do prédio não houve a continuidade da rampa ou a construção de outra que viabilizasse também o ingresso acessível ao seu último pavimento, de forma a garantir uma entrada acessível que conecta todos os andares, conforme dispõe o artigo 19 do Decreto nº 5.296/2004. Nesse aspecto, a NBR 9050:2020 (p. 53) preceitua que a circulação

pode ser horizontal e vertical - realizada por escadas, rampas ou equipamentos eletromecânicos -, mas só é considerada acessível quando atender a duas formas de deslocamento vertical, no mínimo.

A construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público deve garantir, pelo menos, um dos acessos ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade. (BRASIL, 2004, art. 19)

Das barreiras arquitetônicas encontradas, talvez essa seja a de maior relevância, uma vez que o acervo geral e o serviço de empréstimo estão localizados no 2º andar do prédio, como descrito mais adiante. Hoje, se uma pessoa em cadeira de rodas, uma gestante ou alguém que esteja com sua mobilidade reduzida por qualquer motivo, precisar solicitar o empréstimo de algum livro, tem que se deslocar até a secretaria ou direção, no térreo, ou aguardar um servidor da seção de empréstimo descer para efetuar seu atendimento. Percebe-se que, em ambas as alternativas para minimizar essa barreira, a autonomia e independência do usuário ficam comprometidas, pois é necessário o auxílio de um intermediário já que sua oportunidade de acesso ao acervo geral da BC não está sendo garantida por meio da rampa ou do elevador.

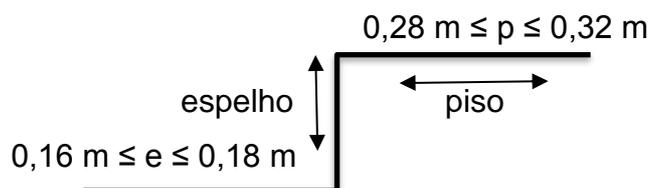
Além disso, existem problemas quanto à organização do quadro de pessoal entre os setores, pois como não há rampa externa ou interna que conecte todos os andares, o elevador não está em funcionamento e grande parte da equipe lotada na BC é de faixa etária mais elevada, alguns com problemas de saúde que impedem o deslocamento por escadas, a maioria dos setores térreos fica sobrecarregada de servidores, enquanto outras seções carecem de revezamento. Essa falta de proporção pode afetar a qualidade e a celeridade do serviço prestado.

Figura 13 – Rampa externa

Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Pela imagem, observa-se que a rampa dispõe de corrimãos com duas alturas, acoplados aos guarda-corpos, constituídos com materiais rígidos e fixados firmemente, entretanto não possui piso tátil e em períodos chuvosos ocorre a formação de lodo no chão, o que pode ocasionar acidentes.

Dando prosseguimento, a entrada principal conta uma única placa de identificação, possui uma escadaria com corrimãos de duas alturas, mas não dispõe de guarda-corpos. São 11 degraus até a porta, cada degrau possui profundidade e espelhos conforme à normatização. Com relação às escadas e degraus, a NBR 9050: 2020 (p. 60) utiliza as denominações piso e espelho, portanto é pertinente esclarecer seus conceitos: espelho diz respeito à altura do degrau, sua parte vertical, já o piso é a parte horizontal, a profundidade do degrau (local da pisada); estabelece-se ainda que o piso deve ter entre 0,28 e 0,32 m e o espelho entre 0,16 e 0,18 m.

Figura 14 – Espelho e piso de degrau

Fonte: Elaboração da autora, 2020

Figura 15- Entrada principal da BC

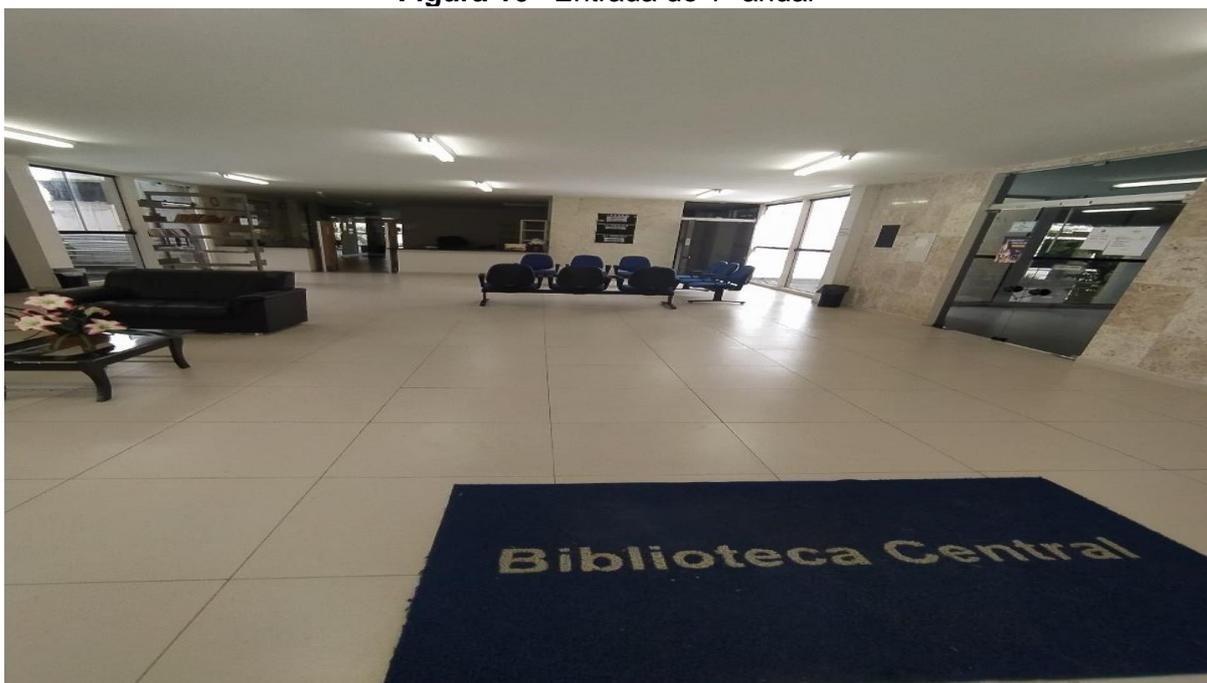


Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Apesar de os degraus estarem de acordo com as dimensões estabelecidas pela norma, verifica-se que a entrada predial principal, que é a entrada com maior número de pessoas, não atende a todas as condições de acessibilidade, por não estar associada à rampa ou a equipamentos eletromecânicos de transporte vertical. O acesso por entradas secundárias somente é aceito quando todas as possibilidades de adequação da entrada principal foram esgotadas e justificadas tecnicamente (NBR 9050:2020, p. 59).

Nesse sentido, a NBR 9050 estabelece ainda que, na adaptação de edificações e equipamentos urbanos existentes, todas as entradas devem ser acessíveis e, caso não seja possível, desde que comprovado tecnicamente, deve ser adaptado o maior número de acessos. Nestes casos a distância entre cada entrada acessível e as demais não pode ser superior a 50 m (2020, p. 52).

A figura 16 apresenta a continuação da entrada principal, que dá acesso ao 1º andar, onde funcionam a portaria com o guarda-volumes, a seção de referências - que é o acervo constituído por obras raras, dicionários e glossários disponíveis apenas para consulta - o auditório e o salão com mesas para estudos individuais.

Figura 16– Entrada do 1º andar

Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Este capacho, para limpeza dos sapatos, encontra-se na porta principal, porém não está disposto de forma segura o que pode provocar acidentes, uma vez que não é fixado ao chão, movendo-se com facilidade. No tocante a capachos, tapetes e similares, a NBR 9050 (2020, p. 54) considera que devem ser evitados em rotas acessíveis; porém, se existentes, devem ser fixados firmemente ao piso, embutidos ou sobrepostos e nivelados de maneira que não exceda 5 mm em eventual desnível, de modo que não prejudiquem o deslocamento das pessoas.

Na lateral direita da entrada exposta na figura 16, há um mural na parede que é usado para anúncios com panfletos de atividades acadêmicas, locação de imóveis, aulas particulares, ou seja, propagandas em geral. Ocorre que em nenhum ponto físico da BC há divulgação dos serviços nela oferecidos, com seus respectivos setores e andares, sinalização de banheiros, escadas e rampa, o que dificulta a localização por parte do usuário e restringe sua autonomia, suscitando também uma barreira comunicacional, muito presente no ambiente. Em edificações, a NBR 9050 (2020, p. 34) considera como elementos de sinalização essenciais as informações de números de pavimentos, acessos verticais e horizontais, banheiros, sanitários, vestiários e rotas de fuga e acrescenta que “a sinalização deve estar disposta em locais acessíveis para pessoa em cadeira de rodas, com deficiência visual, entre outros usuários, de tal forma que possa ser compreendida por todos”.

Figura 17 - Portaria e guarda-volumes

Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Como é possível observar na figura 17, não há nenhuma identificação visível para o balcão da portaria e guarda-volumes, setor este que promove o “primeiro contato” entre a BC e o usuário. Existem essas duas antenas transceptoras, que são aparelhos com sistema antifurto e que permitem a contagem de usuários; porém, não funcionam há anos e o controle de circulação e saída de livros do acervo geral fica sob a responsabilidade de servidores e funcionários terceirizados, que se revezam a depender do turno.

O balcão de atendimento da portaria possui 0,90 m de altura em relação ao piso e 0,65 m de profundidade, valor superior ao mínimo de 0,30 m exigido pela ABNT NBR 9050 (2020, p. 116), que possibilita à pessoa em cadeira de rodas avançar sob o balcão. Entretanto, ultrapassa a recomendação normativa de altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado.

Cruzando a portaria, tem-se acesso ao salão, com mesas para estudos individuais e a escada que conecta ao 2º andar do prédio. As escadas são o único meio de alcançar o último pavimento do edifício, seja a de circulação do público ou aquela pela qual transitam apenas funcionários.

Figura 18 – Salão de estudos individuais

Fonte: Acervo pessoal, 2020.

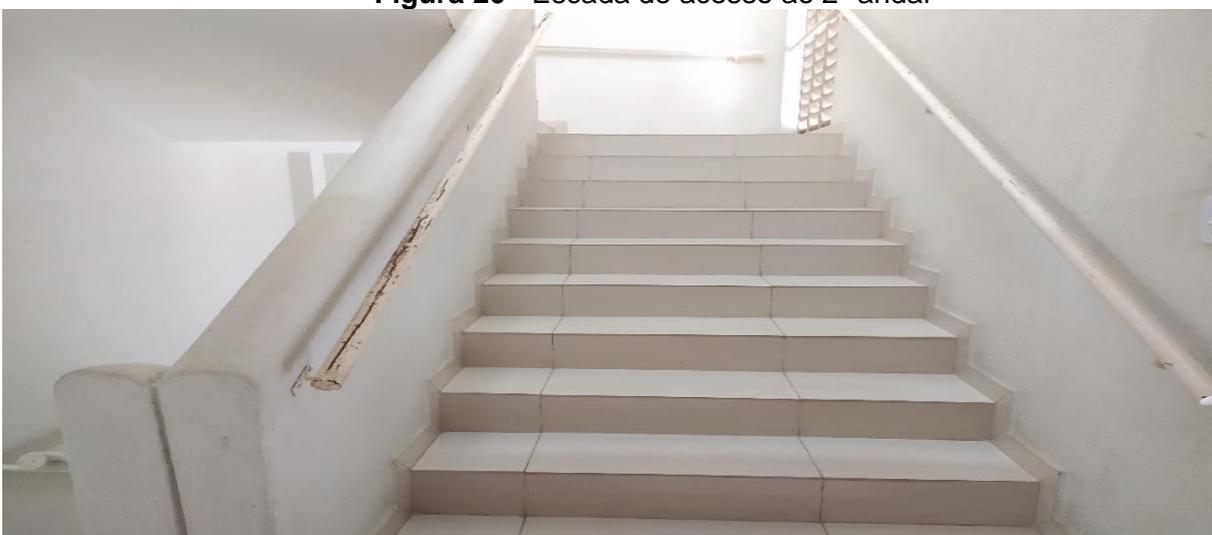
O salão para estudos individuais possui diversas mesas dispostas a uma distância aproximada de 0,90 m uma da outra, área que permite a manobra de cadeira de rodas, com 0,77 m de altura cada, largura entre os nichos da mesa de 1,40 m e profundidade de 1 m em cada divisória, permitindo a aproximação frontal e encontrando-se de acordo com o que a norma prevê para mesas e superfícies de trabalho: largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso acabado (2020, p. 118). As cadeiras são compostas de material em madeira, sem estofamento que conceda melhor conforto ao usuário e sem base giratória que possibilite um deslocamento flexível.

O auditório da BC é um espaço reservado para eventos acadêmicos e culturais, aos quais o ambiente seja apropriado. Possui cadeiras com 0,47 m de largura e 0,56 m de altura no encosto, contudo nenhuma delas é acessível para pessoa obesa, que deve possuir largura mínima de 0,75 m (NBR 9050:2020, p. 26). Também não há espaço reservado e sinalizado para pessoas em cadeira de rodas e assentos para PCD ou pessoa com mobilidade reduzida, contrariando o percentual estabelecido pelo Decreto nº 9.404, de 11 de junho de 2018.

Figura 19 - Auditório

Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Para ter acesso ao 2º andar, como já mencionado, é necessário utilizar as escadas. Suas características foram analisadas e descritas da seguinte forma: possui superfície regular, firme, estável e antiderrapante; apresenta 2 lances com 11 degraus cada, com profundidade de 0,30 m e espelhos com 0,17 m, seguindo as dimensões normativas; porém, sua largura é de aproximadamente 1,18 m, em desacordo com a largura mínima necessária para escadas em rotas acessíveis que é de 1,20 m (NBR 9050:2020, p. 60).

Figura 20 - Escada de acesso ao 2º andar

Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Nota-se, conforme figura 20, que as escadas possuem patamar sem obstáculos quando se muda a direção, com dimensão maior que a largura dos degraus. Dispõem ainda de barras de apoio inclinadas, fixadas à parede a 0,91 m de altura do piso, instaladas de forma contínua em ambos os lados, sem interrupção no patamar, constituídas de material rígido, com extremidades encurvadas, afastadas da parede a uma distância entre 0,04 e 0,05 m, com deslizamento em seção circular, livre de obstruções e empunhadura adequada

Entretanto, de acordo com a norma, não se consideram corrimãos, pois estes deveriam ser instalados em ambos os lados com duas alturas, sendo a maior a 0,92 m e a menor a 0,70 m do piso, medidos da face superior até a quina do degrau (2020, p. 62). Além disso, não há nenhuma sinalização tátil - caracteres em Braille e em relevo - que identifique o pavimento nem na barra nem na parede, de forma visual. A sinalização tátil e visual no piso é essencial para comunicar à pessoa com deficiência visual sobre as mudanças de direção ou opções de percursos, a existência de patamares e indicar a presença de desníveis.

Caracterizando agora o acervo da BC, é oportuno esclarecer que ele é segmentado por seção, de acordo com o tipo de material e se encontra distribuído em: coleção especial e paraibana, referências e obras raras, teses e dissertações, periódicos e livros gerais. No 2º andar, situa-se o acervo geral que, segundo dados extraídos do endereço eletrônico do Sistemoteca, conta com 29.869 livros. As obras foram posicionadas em doze fileiras com diversas estantes em cada lado, conforme a classificação por área, adotada após a análise técnica dos bibliotecários, variando entre 0 e 9. No entanto, a sinalização é escassa, conforme apresentado na figura 21, praticamente só há informação nas bordas das estantes com as respectivas numerações ali estabelecidas, inexistindo comunicação em suas laterais de forma a situar o usuário sobre a área abrangida por cada corredor, o que limita sua autonomia.

Figura 21 - Acervo Geral

Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Há uma variação na disposição das estantes do acervo geral, fato que se repete nas demais seções, apresentando entre 0,82 m a 1,22 m de distância entre elas e, portanto, algumas estão em desacordo com a largura livre mínima prevista pela norma, que é de 0,90 m. Além disso, como se percebe na figura 22, algumas estantes foram posicionadas entre as colunas do prédio com largura de 0,30 m, restando espaço para circulação entre elas de 0,41 m a 0,51 m apenas, o que evidencia um obstáculo à passagem. Logo, não são todos os corredores entre as estantes que possuem área a cada 15 m que permita a manobra da cadeira de rodas (NBR 9050:2020, p. 135).

As obras do acervo carecem de higienização e conservação adequadas pois, diante do grande fluxo de pessoas e da necessidade de se manter as janelas abertas pela ausência de ar condicionados, a poeira e a sujeira são nítidas entre os materiais, podendo ocasionar inclusive sua perda, bem como são perceptíveis os ruídos externos e o calor. Isso se agrava pelo fato de apenas duas funcionárias terceirizadas realizarem a limpeza de todo o prédio, sendo humanamente impossível dar conta diariamente de toda a estrutura da BC, o que prejudica a preservação dos exemplares e incide na salubridade do ambiente.

Figura 22 – Colunas entre as estantes do acervo geral



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Outro fato observado foi a ordenação dos livros nas estantes, com altura máxima de 1,75 m do piso, excedendo as dimensões máximas confortáveis de 1,55 m para o alcance manual frontal de pessoa em pé e de 1,20 m para o alcance manual lateral de pessoa em cadeira de rodas (2020, p. 17).

Para ser considerado acessível, o mobiliário urbano deve:

- a) proporcionar ao usuário segurança e autonomia de uso;
- b) assegurar dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, postura e mobilidade do usuário;
- c) ser projetado de modo a não se constituir em obstáculo suspenso;
- d) ser projetado de modo a não possuir cantos vivos, arestas ou quaisquer outras saliências cortantes ou perfurantes;
- e) estar localizado junto a uma rota acessível;
- f) estar localizado fora da faixa livre para circulação de pedestre;
- g) ser sinalizado. (ABNT 9050:2020, p. 112)

Ainda no 2º andar do prédio, funciona a seção de empréstimo, responsável por validar o cadastro do usuário e liberar o livro para saída - no máximo 6 obras por pessoa- pelo prazo de 20 dias, passível de prorrogação. Trata-se do setor mais procurado pelo público e, apesar disso, como se pode verificar na figura 23, não existe nenhuma sinalização que o identifique e não está localizado em rota acessível. A marcação para orientação da fila foi feita no chão através de fita adesiva vermelha, não possuindo contraste tátil, por meio de relevos que permitam sua detecção.

Figura 23 – Seção de empréstimo

Fonte: Acervo pessoal, 2020.

O setor de empréstimo dispõe de 4 balcões para atendimento, sendo 3 deles com altura de 1,07 m e profundidade de 0,50 m; entretanto, essa medida é reduzida para 0,33 m na área externa, pois existe uma divisória de vidro na parte superior. O quarto balcão, apontado na figura 24, constitui-se de um guichê acessível para pessoas em cadeira de rodas ou de baixa estatura, o que permite ao usuário ter contato visual com o atendente. Ele possui 0,79 m de altura, correspondendo à recomendação da norma que estabelece altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado.

Todavia, tal guichê é sinalizado apenas com um cartaz pequeno, o que não facilita sua identificação, divergindo do que a norma preceitua: “balcões de atendimento acessíveis devem ser facilmente identificados e localizados em rotas acessíveis” (NBR 9050:2020, p. 116). Ademais, a indicação de acessibilidade deve ser feita por meio do Símbolo Internacional de Acesso (SIA). A representação do SIA consiste em um pictograma branco sobre fundo azul, que deve estar sempre voltado para o lado direito e pode, opcionalmente, ser representado em branco e preto. Não é permitida nenhuma modificação, estilização ou adição a estes símbolos (NBR 9050:2020, p. 41).

Figura 24 – Guichê acessível da seção de empréstimo

Fonte: Acervo pessoal, 2020.

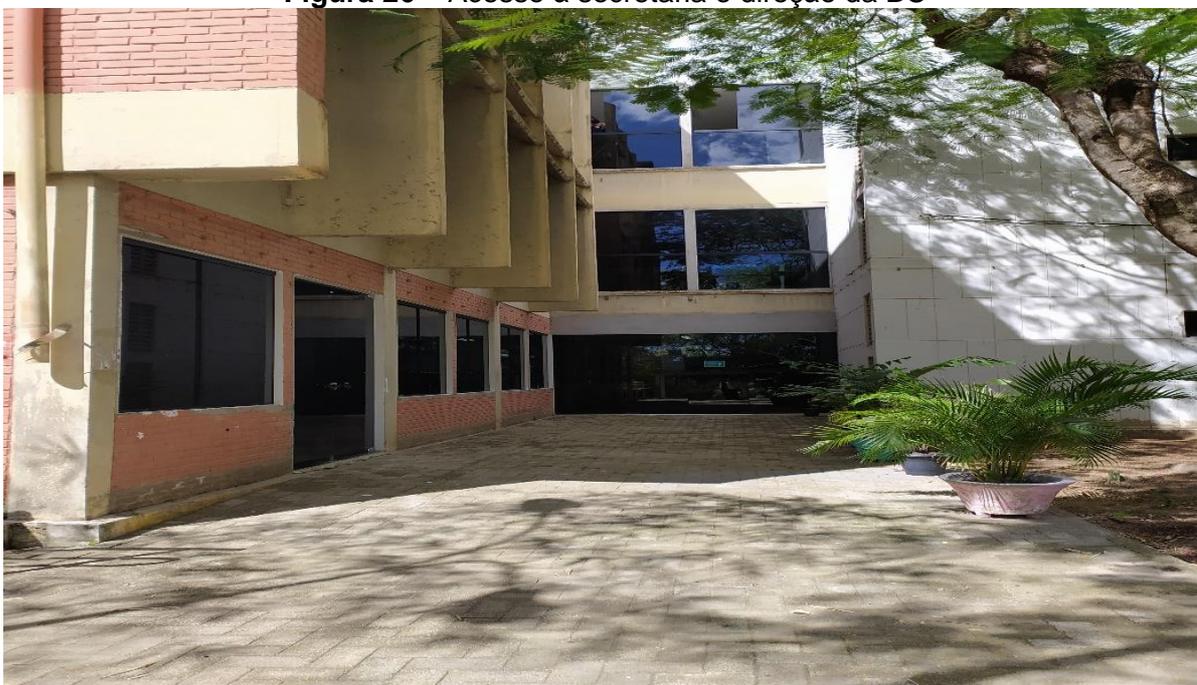
No 1º e 2º andar existem terminais de consulta disponíveis aos usuários com computadores com acesso à *internet*. Possuem 0,70 m de altura livre, divergindo da altura mínima determinada de 0,73 m, e 0,62 m de profundidade livre para aproximação frontal de pés e joelhos, superior ao mínimo de 0,50 m que a NBR 9050 (2020, p. 135) estipula para que a PCR tenha a possibilidade de avançar sob a mesa ou superfície. A norma estabelece ainda que pelo menos 5 % do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à *internet* devem ser acessíveis à pessoa em cadeira de rodas e a pessoa com mobilidade reduzida e que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade.

Figura 25 – Terminais de consulta

Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Dando continuidade às demais entradas do prédio que permitem ingressar no pavimento térreo, tem-se a porta de acesso à secretaria e direção. Tais setores se encarregam das demandas administrativas e contam com grande procura do público que, na maioria das vezes, enfrenta a dificuldade de localizá-los de forma autônoma, necessitando se deslocar até a portaria no 1º andar para se situar, pois sua entrada acaba passando despercebida pelo usuário devido a ausência de sinalização, como se constata na figura 26.

Figura 26 – Acesso à secretaria e direção da BC



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Nessa entrada, foi construída uma inclinação de cimento como forma de rebaixar o batente, entretanto ela não dispõe de barra de apoio, não garante a segurança e autonomia para pessoa em cadeira de rodas e não possui sinalização tátil ou visual para pessoas com deficiência visual ou baixa visão.

Nas edificações de uso público ou de uso coletivo, é obrigatória a existência de sinalização visual e tátil para orientação de pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT. (BRASIL, 2004, art. 26)

Apenas na parte interna é possível observar uma placa indicando os setores de secretaria e direção. O balcão de atendimento possui 0,95 m de altura livre e 0,23 m de profundidade até a divisória de vidro que existe na parte superior.

Figura 27 – Secretaria e direção da BC



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Essa rampa com corrimão identificada na figura 27 conecta a área onde está situado o elevador; no entanto, ele está desativado há anos, por problemas técnicos, e essa barreira permanece aguardando destinação de recursos orçamentários. Ademais, não há qualquer sinalização indicando a existência de um elevador no prédio, o mesmo não está em uma rota acessível e seu botão de acionamento externo está fixado a 1,43 m de altura do piso acabado, acima dos 1,10 m que a norma específica de elevadores de passageiros define como altura máxima entre o nível do piso acabado e a linha de centro do botão mais alto (NBR NM 313:2007, p. 9).

Outro ingresso ao edifício é possível através da sala de multimídia, que conecta ainda à seção de periódicos e às cabines para estudo em grupo. A sala de multimídia é onde se efetua o depósito de teses e dissertações produzidas pelos alunos da instituição para integrar o acervo da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A abertura total de suas portas possibilita maior espaço para

circulação, porém não há sinalização visual e tátil e existe também uma inclinação de cimento como meio de atenuar o batente.

Figura 28 – Entrada da seção de periódicos e multimeios



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

O acervo da seção de periódicos, demonstrado na figura 29, está disposto nas estantes excedendo a altura máxima prevista pela norma, como já observado neste trabalho na análise do acervo geral, bem como possui sinalização precária, o que prejudica a localização das obras de forma independente pelo usuário. Há ainda nesse espaço um compartimento onde os bibliotecários responsáveis pelo setor desenvolvem seus trabalhos e uma mesa para estudos individuais. As cadeiras disponíveis, tanto nessa mesa quanto nas cabines para estudo em grupo, não permitem o deslocamento flexível por possuírem base de ferro estática; no entanto, as mesas possuem altura de 0,75 m, dentro do previsto pela NBR 9050.

Figura 29 – Acervo da seção de periódicos



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Figura 30 – Cabines para estudo em grupo



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

O laboratório de informática conta com diversas mesas de medidas diferentes, não respeitando a padronização recomendável de acessibilidade e algumas cadeiras possuem base fixa, não oferecendo deslocamento flexível. A sala estava sem os computadores no momento da elaboração das fotos, pois todos os equipamentos eletrônicos foram recolhidos para o 1º andar, como medida de segurança devido à aludida chuva que adentrou o andar térreo do prédio.

Figura 31 – Laboratório de informática

Fonte: Acervo pessoal, 2020.

O prédio da BC apresenta sanitários masculinos e femininos em cada pavimento. Contudo, nenhum deles oferece acessibilidade. São sanitários com espaçamento diferenciado entre as instalações dos assentos, o que sugere a indicação de que um deles foi arquitetado para ser acessível, mas nada foi efetivamente concretizado, pois não estão em rota acessível e não há sinalização indicando sua localização no prédio; alguns possuem desníveis junto à entrada, não há uma bacia infantil instalada para uso de pessoas com baixa estatura e de crianças, ou seja, a diferença entre os boxes de assentos se resume apenas à estrutura de maior área livre.

A altura dos vasos sanitários é de 0,39 m, fora da margem de 0,43 m e 0,45 m do piso acabado que a norma estabelece, medidas a partir da borda superior sem o assento. Já a válvula de acionamento da descarga mede 0,75 m de altura, dentro da medida máxima de 1,0 m estabelecida pela NBR 9050 (2020, p. 97), diferente da papeleira, que possui 0,93 m, situada abaixo da altura recomendada de 1,00 m de altura do piso acabado, para não atrapalhar o acesso à barra, caso ela fosse instalada.

Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem localizar-se em rotas acessíveis, próximas à circulação principal, próximas ou integradas às demais instalações sanitárias, evitando estar em locais isolados para situações de emergências ou auxílio, e devem ser devidamente sinalizados[...] Recomenda-se que a distância máxima

a ser percorrida de qualquer ponto da edificação até o sanitário ou banheiro acessível seja de até 50m. (NBR 9050:2020, p. 82)

A norma traz ainda uma tabela que define o número mínimo de sanitários acessíveis com entradas independentes e considera que uma edificação já construída e de uso público, contenha um banheiro acessível por pavimento, onde houver ou onde a legislação obrigar a ter sanitários.

Figura 32 – Sanitários



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Observa-se, na imagem 32, a diferença do espaço livre de um boxe sanitário para o outro, o primeiro com espaço que pode indicar o propósito de servir como área de transferência para PCR, mas não há barras de apoio necessárias para garantir o uso com segurança e autonomia das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Ainda, conforme a normatização, os sanitários acessíveis devem possuir entrada independente, de forma que possibilitem o uso da instalação sanitária por pessoa com deficiência acompanhada de uma pessoa do sexo oposto (NBR 9050:2020, p. 83).

Concluída a verificação e discussão das barreiras arquitetônicas existentes na edificação da BC, em seus mobiliários, espaços e equipamentos, foram sintetizados, no quadro 08, todos os elementos observados. Bem como, apresentadas as recomendações de adequação às normas de acessibilidade.

Quadro 08 – Recomendações de adequações para acessibilidade arquitetônica da BC

Elemento observado	Barreiras existentes	Recomendações de adequações
Aclives	Foram encontrados aclives, para minimizar os batentes das portas, inadequados e sem barra de apoio;	Adequar os aclives e instalar barras de apoio, garantindo o acesso de forma segura;
Sinalização visual	Não há sinalização visual, com com contrastes e tamanhos adequados;	Implementar sinalização visual, autoexplicativa, perceptível e legível; composta por mensagens de textos, contrastes, símbolos e figuras,
Sinalização tátil	Ausência de sinalização tátil em todo o prédio;	Implementar sinalização tátil, composta por informações em relevo, como textos, símbolos e Braille.
Sinalização vertical no estacionamento	Ausência de sinalização vertical em reserva de vagas no estacionamento;	Implementar a sinalização vertical em vagas reservadas no estacionamento; posicionadas de maneira a não interferir nas áreas de acesso ao veículo, e na circulação dos pedestres;
Sinalização de emergência	Ausência de informações sobre os mecanismos de emergência no prédio;	Implementar sinalização de emergência no prédio, que deve direcionar o usuário para saídas de emergência ou rota de fuga;
Planos e mapas acessíveis	Ausência de planos e mapas acessíveis para orientação;	Implementar planos ou mapas na BC, por meio de representações visuais, táteis e/ou sonoras, que servem para orientação e localização de lugares e rotas;

Sinalização em degraus e escadas	Degraus sem a devida sinalização visual, nas escadas do prédio, interna e externa;	Implementar sinalização nas escadas, aplicada aos pisos e espelhos em suas bordas laterais e/ou nas projeções dos corrimãos, contrastante com o piso adjacente, preferencialmente fotoluminescente ou retroiluminado;
Sinalização de pavimento	Ausência de sinalização de pavimento para situar o usuário entre os andares;	Implementar a sinalização de identificação de pavimentos, junto a escadas fixas e rampas; deve ser visual, em relevo e em Braille;
Corrimãos	Corrimãos instalados incorretamente;	Implementar corrimãos com duas alturas, instalados em rampas e escadas, em ambos os lados, conforme dimensões previstas na norma técnica;
Guarda-corpos	Foi constatada ausência de guarda-corpos;	Instalar guarda-corpos onde for necessário;
Circulação – capachos, forrações, carpetes e tapetes	Foram encontrados capachos nas áreas de circulação principal, próximos aos acessos de entrada, desprendidos do chão;	Eliminar os capachos nas áreas de circulação principal, ou fixá-los firmemente ao piso, para não prejudicar o deslocamento das pessoas e evitar acidentes;
Elevador de passageiros	O único elevador do prédio encontra-se desativado, devido a problemas técnicos;	Providenciar o conserto do elevador, bem como sua sinalização tátil e visual; dispositivo de chamada dentro do alcance manual e de comunicação para solicitação de auxílio nos pavimentos e no equipamento;

Barras de apoio	Ausência de barras de apoio em todos os sanitários;	Instalar barras de apoio nos sanitários, de acordo com a norma técnica;
Estantes acervo	Foram encontradas estantes com livros dispostos em altura superior a considerada acessível;	Readequação das estantes, de forma a possibilitar espaço livre acessível e altura dos livros de acordo com o que a norma prevê;
Sinalização acervo	Escassez na sinalização das estantes que comportam as obras do acervo;	Implantação da sinalização para identificação das obras e áreas dos conhecimentos;
Rampa externa	A rampa externa possui acesso parcial ao edifício, conectando até o 1º andar apenas;	Construção de rampa que atenda todos os pavimentos da BC;
Ar condicionado	Ausência de ar condicionado em diversas salas administrativas, no acervo geral, no salão de estudos e nas cabines para estudo em grupos;	Instalação de ar condicionado em todo o edifício para garantir melhor conservação das obras e melhor comodidade aos usuários e servidores;
Cadeiras	As cadeiras disponíveis não oferecem conforto necessário, pois não possuem estofamento;	Providenciar a compra de cadeiras estofadas que acomodem melhor os usuários na BC;
Auditório	Ausência de assentos adequados para pessoas obesas e de espaço para PCR;	Providenciar a sinalização para PCR e a instalação de cadeiras para pessoas obesas;

Sanitários	Ausência de sanitários acessíveis.	Proporcionar acessibilidade nos sanitários existentes, instalando acessórios, como barras de apoio, e corrigindo a altura das peças.
------------	------------------------------------	--

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Com base na análise do espaço e na verificação de suas barreiras arquitetônicas, demonstradas no quadro 08, foi possível observar que, em muitos aspectos físicos, a BC não dispõe de acessibilidade. Encontraram-se ausentes desde elementos menos complexos, como a sinalização para a identificação das seções do prédio, até componentes que implicam maiores despesas, como o elevador e a readequação da rampa, por exemplo.

A recomendação de adequação do edifício, dos espaços e mobiliários da BC à NBR 9050:2020, tem por intuito promover o acesso e a circulação por todas as áreas, internas, externas, possibilitando o deslocamento, autônomo e seguro, de todas as pessoas, por meio de rotas acessíveis. Busca, também, viabilizar a identificação dos seus setores e serviços, de forma que todas as pessoas possam compreender a mensagem e ter acesso a eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da problemática sobre a estrutura física da Biblioteca Central da UFCG, apontando como objetivo geral a análise das condições de acessibilidade arquitetônica do local. Para isso, foi necessário delimitar como objetivos específicos a identificação da normativa vigente sobre acessibilidade e as ações propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFCG sobre o tema; a verificação das barreiras físicas existentes na BC, observando o que preceitua a Norma Brasileira (NBR 9050:2020) sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; e, por fim, a elaboração de um diagnóstico sobre as condições de acessibilidade arquitetônica na BC, apresentando recomendações de adequação à norma, de forma a contribuir com a melhoria do processo de avaliação institucional, interno e externo.

Para alcançar os objetivos propostos, as metodologias utilizadas foram constituídas da análise documental, por meio do estudo do Parecer nº 235/2012 da CES/CNE para o Recredenciamento da UFCG; do PDI da UFCG correspondente ao período 2014-2019; dos RAAI's elaborados pela CPA, relativos ao anos de 2013 a 2015; do Relatório de Divulgação dos Resultados da PU sobre o exercício de 2015; da NBR 9050:2020 da ABNT; bem como se procedeu através da observação direta desta pesquisadora, no intuito de detectar e obter informações não contempladas nos documentos e, representadas nas fotografias por ela elaboradas, que demonstram a atual configuração do prédio em que funciona a BC.

O desenvolvimento da presente pesquisa enfrentou alguns obstáculos perante à falha na atualização dos dados na página eletrônica da UFCG, problema identificado em todos os órgãos aqui referidos: Reitoria, Biblioteca Central, Comissão Própria de Avaliação, Prefeitura Universitária e Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Assim, recomenda-se a divulgação dos documentos, em linguagem acessível ao público, em respeito ao princípio administrativo da publicidade, consagrado na Constituição Federal.

A análise e discussão dos dados obtidos, permitiu a identificação das fragilidades existentes no tocante à acessibilidade. Partindo do PDI (2014-2019), que restringiu suas ações sobre o tema na criação da comissão de acessibilidade, apesar de o Parecer de Recredenciamento Institucional e os RAAI's enfatizarem a insatisfação da comunidade acadêmica com a infraestrutura da BC. Em tais

documentos, foi possível observar como aspectos negativos da acessibilidade arquitetônica: o não atendimento à legislação vigente sobre acessibilidade; a precariedade das condições de acesso e inadequação da infraestrutura para PCD; a ausência de climatização e pouca circulação de ar no ambiente; o desconforto nos mobiliários disponíveis e a insuficiência na quantidade de volumes, de obras básicas e complementares e de bibliografia em geral.

Diante dos resultados encontrados na avaliação institucional externa e na autoavaliação, que dizem respeito às reiteradas reivindicações referentes à acessibilidade arquitetônica, evidencia-se a necessidade de a UFCG contemplar, em seu próximo PDI, a acessibilidade em todas as suas dimensões, para melhor identificação e acompanhamento das ações propostas.

Importante ainda, empenhar-se para estimular os mecanismos de participação da comunidade acadêmica nos processos autoavaliativos, pois, os RAAI's revelam essa carência. A autoavaliação deve ser utilizada para subsidiar a tomada de decisões por parte da administração superior, de modo a servir como um instrumento para identificar quais mudanças são fundamentais para o desenvolvimento da instituição; caso contrário, torna-se, simplesmente, um atendimento ao dever burocrático, desvinculando-se do seu objetivo que é avaliar.

Por meio da representação fotográfica do espaço em observância ao que a NBR 9050:2020 dispõe, constatou-se que, em muitos aspectos, a estrutura física da BC não garante a acessibilidade arquitetônica aos seus usuários. Foi possível perceber a falta de sinalização, visual e tátil, em todo o prédio; a ausência de banheiros acessíveis; a instalação de corrimãos de forma incorreta, sem as duas alturas; a falta de guarda-corpos nas escadas; a ausência de indicação de acessibilidade do guichê do empréstimo, por meio do Símbolo Internacional de Acesso; a disposição das estantes sem observância ao espaço livre recomendado; a altura dos livros, nas estantes, excedendo a dimensão máxima, que permite o acesso também a pessoa em cadeira de rodas; a inadequação dos aclives construídos para minimizar os batentes nas entradas; a ineficiência do deslocamento através do elevador, que se encontra desativado; e a readequação da rampa externa que não permite o acesso ao 2º pavimento do prédio.

A recomendação de adequação do edifício, dos espaços e mobiliários da BC à NBR 9050:2020, tem por intuito promover o acesso e a circulação por todas as áreas, internas, externas, possibilitando o deslocamento, autônomo e seguro, das

peças, por meio de rotas acessíveis. Busca, também, viabilizar a identificação dos seus setores e serviços, de forma que todas as pessoas possam ter acesso e compreender a mensagem.

Com a expansão das ferramentas digitais e a necessidade de usar a tecnologia a favor da sociedade, é fundamental que a biblioteca se ajuste a essa realidade. Isso está sendo vivenciado, atualmente, pela BC, com a implantação da Biblioteca Virtual; tal transição de biblioteca tradicional para biblioteca híbrida fomenta o maior acesso à informação técnico-científica. Contudo, importante salientar que este serviço não deve ser usado como argumento para o não atendimento às normas de acessibilidade, no sentido de justificar que uma PCD, por exemplo, não necessite mais de deslocar-se até o prédio para solicitar o empréstimo de um livro; tal fundamento violaria o direito de locomoção, garantido a todos, bem como estimularia a segregação, que deve ser combatida também no âmbito acadêmico.

A BC vem crescendo e ganhando visibilidade no meio digital, com a Biblioteca Virtual e com as redes sociais recentemente criadas. É um fator muito positivo, pois permite um canal de comunicação com os usuários, de forma virtual, divulga seus serviços e o fluxo de cada um deles, aproximando a comunidade acadêmica.

Ressalte-se que esta pesquisa não teve como finalidade fazer juízo de valor sobre gestão administrativa, nem afirmar que as sugestões aqui apontadas são a solução para a questão da acessibilidade, uma vez que a temática é vasta e considerou-se aqui apenas uma de suas diversas perspectivas. Buscou-se com esse trabalho, identificar fragilidades e contribuir para sua redução, de modo a auxiliar os gestores no desenvolvimento de ações que resultem em melhor avaliação institucional interna, externa, bem como represente a responsabilidade social da UFCG.

Compreende-se que muitas fragilidades aqui apontadas estão vinculadas ao orçamento, pois constituem-se em despesas; além disso, os processos burocráticos, muitas vezes, são morosos e, por isso, mudanças no serviço público são gradativas. Por essa razão, o planejamento institucional é tão importante, para organizar e gerir as ações necessárias ao desenvolvimento da universidade. Conhecendo quais são as precariedades apontadas pela comunidade acadêmica, suas reivindicações e carências, é possível estabelecer metas e dispor de recursos para sua execução, de forma mais eficiente, eficaz e efetiva, com a melhor aplicação de esforços.

As adequações de acessibilidade do prédio da BC e dos seus mobiliários, irão garantir a inclusão de todas as pessoas, podendo refletir no número de usuários, na imagem do setor com relação às demandas sociais, na responsabilidade social da UFCG, bem como melhorar o conceito de infraestrutura da instituição na próxima avaliação para seu recredenciamento, com previsão para 2023. Esclarece-se ainda que essa dimensão também é considerada pela comissão de verificação *in loco* nas avaliações dos cursos oferecidos pela IES.

Ante o exposto, consideram-se atendidos, de forma plena, o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa. Assim, ressalta-se, ainda, a relevância da temática da acessibilidade no âmbito do ensino superior, em particular, na BC da UFCG, tendo em vista o dever legal e social de garantir o acesso aos seus espaços e serviços à todas as pessoas, sem qualquer distinção.

Apesar de concluído, cumpre esclarecer que este trabalho não esgotou o tema em sua totalidade, face à sua amplitude. Por isso, acredita-se ser pertinente o prosseguimento dos estudos, inclusive partindo de outras direções, como, por exemplo, a verificação das barreiras arquitetônicas na instituição na percepção dos alunos com deficiência, possibilitando-os lugar de fala na pesquisa, concedendo a eles vez e voz.

Por fim, destaca-se a importância da continuidade dos estudos e debates acerca da acessibilidade, pois existem ainda muitos desafios a serem superados para o alcance da sua efetiva garantia, bem como para o desenvolvimento dos processos avaliativos que contribuam para a melhoria da qualidade da educação nessa IFES.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR 9050:2020**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. 147 p. Disponível em: <https://www.abntcolegao.com.br/mpf/grid.aspx>. Acesso em: 08 ago. 2020.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR NM 313:2007**. Elevadores de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação - Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: ABNT, 2007. 32 p. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/NBRNM313.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

ALBUQUERQUE, L. C. de. **A inserção da Universidade na realidade brasileira**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

BRASIL, **Portaria nº 40**, publicada no D.O.U. de 23/1/2013, Seção 1, Pág.5. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11532pces235-12-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 fev.2020.

BRASIL. **Decreto 5.296 de Dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm . Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm . Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art112. Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2018**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 9.404, de 11 de Junho de 2018.** Altera o Decreto nº 5.296, de 2 dezembro de 2004, para dispor sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência, em conformidade com o art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

BRASIL. **Lei nº 10.419, de 9 de abril de 2002.** Dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância - Recredenciamento.** Brasília, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf. Acesso em: 19 mar 2020.

BRASIL. **Documento Orientador das Comissões de Avaliação In Loco para Instituições de Educação Superior com Enfoque em Acessibilidade.** Brasília, 2016. disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documentos_orientadores/2016/documento_orientador_em_acessibilidade_avaliacao_institucional.pdf. Acesso em: 08 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº16/2017/CGACGIES/DAES/INEP.** Brasília: CGACGIES/DAES, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0126132.pdf. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação In Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).** Brasília, 2013.

BRASIL. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

CAVALCANTI, L. M. R.; GUERRA, M. das G. G. V. **A Reforma do Estado Brasileiro: do Regulatório ao Avaliador como Precursor da Criação do Sinaes.** In.: Revista FORGES: Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa. Ilheus, v. 5, n. 1, p. 13-31, Bi-anual, 2018. Disponível em: <http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2019/04/Revista-Forges-2018.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2020.

DANTAS, N. M. R. **A inclusão dos estudantes com deficiência no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande: desafios e possibilidades.** 2017. 248fs. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Educação, PUCRS. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/11087/1/000487979-Texto%2bCompleto-0.pdf> Acesso em: 12 dez. 2019.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da Educação Superior Regulação e Emancipação. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, 2003.v. 8, n. 2, p. 9-11.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior.** Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, 2004.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação: dilemas e conflitos institucionais e políticos. Avaliação - **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 1-4, mar. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14140772018000100001&ln_g=en&nrm=iso. Acesso em: 21 abr. 2019.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior.** São Paulo: Cortez, 2003.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R., **Acessibilidade aos Espaços do Ensino e Pesquisa: Desenho Universal na UFRJ – Possível ou Utópico?** In: NUTAU 2004: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade, 2004, São Paulo. Disponível em: http://inclusao.coppetec.coppe.ufrj.br/documentosnoticias/Acessibilidade_aos_Espacos_de_Ensino_Publico.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2019.

DUARTE, C. R.; COHEN, R. Afeto e Lugar: a construção de uma experiência afetiva por pessoas com dificuldade de locomoção. In: **Seminário Acessibilidade no Cotidiano**, 1., Rio de Janeiro, 2004. Anais [...]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. p. 1- 8.

FEIJÓ, A. R. A. **O direito constitucional da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.**p.3-4, 2008. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33394-42846-1-PB.pdf>. Acesso em: 22/07/20.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRIBOSKI, C. M.; FUNGHETTO, S. S. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 49-63, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.2em1consultoria.com.br/wp-content/uploads/2017/06/O-Sinaes-e-a-qualidade-da-educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>

GUERRA, M. das G. G. V.; RIBEIRO, W. L. Avaliação de cursos a partir do SINAES: uma análise para melhoria da qualidade na Universidade Federal da Paraíba. **Revista Educação em Questão**, v. 57, n. 53, 24 maio 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/17064>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

HIPÓLITO, O. **Diretrizes para avaliação do Ensino Superior**. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/diretrizes-para-avaliacao-do-ensino-superior-por-oscar-hipolito/>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, p.155-174, 2005.

LESSARD, C.; BRASSARD, A.; LUSIGNAN, J. Les tendances des politiques éducatives en matière de structures et de régulation, d'imputabilité et de reddition de comptes: les cas du Canada (Ontario et Colombie-Britannique), de la France et du Royaume-Uni. Montréal: LABRIPROF-CRIFPE, Faculté des Sciences de l'Éducation, Université de Montréal, 2002.

LIMA, I. F. de; Nunes, M. H. de M. L. **Autoavaliação Institucional na Perspectiva da Construção e Reconstrução da Identidade Acadêmica**. MPMGOA, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 79-103, 2015.

LUNARO, A.; FERREIRA, M. A. G. Os espaços públicos e a questão da acessibilidade. **Ciência & Engenharia** (Science & Engineering Journal), v. 15, n. 2, p. 67-72, 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cieng/article/view/547/2691>. Acesso em: 23/07/20.

MOREIRA, L. S., In(ex)clusão na universidade: O aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Revista Educação Especial**, nº 25, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4902/2939/>. Acesso em 18 de abril de 2019.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011.

OTRANTO, C. R. A política de educação profissional do governo Lula: novos caminhos da educação superior. In: **Reunião Anual Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Educação**, 34., 2011, Natal. Anais eletrônicos... Natal: Editora da UFRN, 2011. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT11/GT11-315%20int.pdf>. Acesso em: 14 de junho de 2019.

PICAWY, M. M. **PDI-Plano de desenvolvimento institucional, PPI-projeto pedagógico institucional e PPC-projeto pedagógico de curso, entre o dito e o feito, uma análise da implementação em três IES/RS/Brasil**. 2008. 262 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

RISTOFF, D. I. **Democratização do Campus**: impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. Cadernos do GEA. Rio de Janeiro: n.9, jan/jun, 2016.

RISTOFF, D. I.; GIOLO, J. **O SINAES como Sistema**. RBPB. Brasília. v.3, n.6, p.193-213, dez. 2006.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T.G. A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência. In: **DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas** [online]. Salvador: EDUFBA, p. 27-37, 2009.

RODRIGUES, A. De J. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**: elaboração de trabalhos científicos. 8. ed. Porto Alegre: Sulina, p. 35, 1980.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. p. 50 - 51, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASSAKI, R. K.. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA FILHO, R. da C. A biblioteca universitária híbrida como espaço de memória. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 23, n. 1, p. 21-36, dez./mar., 2018.

SILVA, M C. C. et al. Contribuição do Plano de Desenvolvimento Institucional como ferramenta de planejamento estratégico na gestão de uma instituição privada de ensino superior do Recife. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 77-92, 2014.

SOUZA, J. C. V. **Gestão universitária em instituições particulares**: os documentos institucionais como indicadores do modelo de gestão. 2007. 208 p. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA, J.; KANTORSKI, L. P.; LUIS, M. A. V. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. **Revista Baiana de Enfermagem**. Salvador, BA. v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/Adm/Downloads/525218533-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Adm/Downloads/525218533-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 20 de junho de 2019.

TEIXEIRA, A. **Educação e universidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 33, 2010.

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Apresentação de resultados Prefeitura Universitária.** Disponível em: <http://www.prefeitura.ufcg.edu.br/apresentacao-dos-resultados>. Acesso em: 15 jul. 2020.

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Conheça a UFCG.** Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/conheca-a-ufcg.html>. Acesso em: 25 jun. 2019.

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2019 (PDI).** Disponível em: https://portal.ufcg.edu.br/phocadownload/userupload/documentos/PDI%20da%20UFCG_outubro%20de%202014.pdf. Acesso em: 18 maio 2020.

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Portaria nº 130, de 18 de outubro de 2017.** Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br:8080/chamadas/downloads/523806.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Portaria nº 63, de 08 de julho de 2020.** Disponível em: https://portal.ufcg.edu.br/phocadownload/userupload/boletim_de_servico/boletim%20de%20servio%20-%202020%2025.pdf. Acesso em: 29 jul. 2020.

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Portaria nº 9, de 06 de fevereiro de 2020.** Disponível em: https://portal.ufcg.edu.br/phocadownload/userupload/Boletim_de_servico/boletim%20de%20servio%20-%202020-4.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Regulamento do Sistema de Bibliotecas da UFCG.** Campina Grande: EDUFCG, 2009.

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Relatório de Autoavaliação da UFCG 2013.** Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/cpa/Relat%C3%B3rio_Ano%20Base%202013.pdf. Acesso em: 18 mar. 2020

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Relatório de Autoavaliação da UFCG 2014.** Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/cpa/Relat%C3%B3rio_Ano%20Base%202014.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional 2015** [http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/cpa/1%C2%BA%20Relat%C3%B3rio%20Parcial_Mar%C3%A7o%20de%202015%20\(1\).pdf](http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/cpa/1%C2%BA%20Relat%C3%B3rio%20Parcial_Mar%C3%A7o%20de%202015%20(1).pdf). Acesso em: 04 abr. 2020

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Relatorio de Gestão 2017.** Disponível em:

https://portal.ufcg.edu.br/phocadownload/userupload/documentos/relatorios_gestao/UFCG_relatoriodegestao2017.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Relatório de Gestão 2018**. https://portal.ufcg.edu.br/phocadownload/userupload/documentos/relatorios_gestao/UFCG%20-%20Relatrio%20de%20Gesto%20de%202018.pdf. Acesso em: 23 abr. 2020.

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Resolução nº 06/2010**. Revoga a Resolução nº 02/2005, deste Colegiado, dá nova redação às normas para a composição da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Campina Grande, e outras providências. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_12062010.pdf. Acesso em: 19 mar. 2020.

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Resolução nº 09/2008**. Aprova o Regulamento do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Campina Grande – SISTEMOTECA. http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_12092008.pdf. Acesso em: 18 dez. 2019.

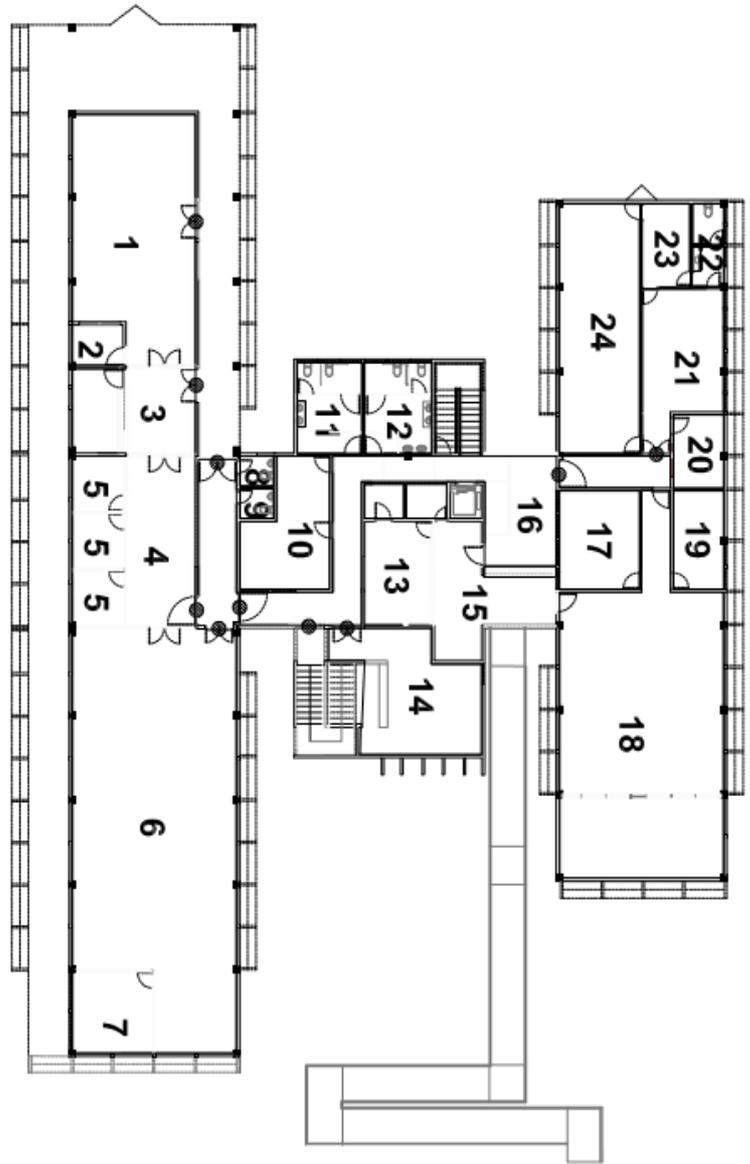
UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Resolução nº 11/2016**. Cria o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, como órgão suplementar vinculado à reitoria, e dá outras providências. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_12112016.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

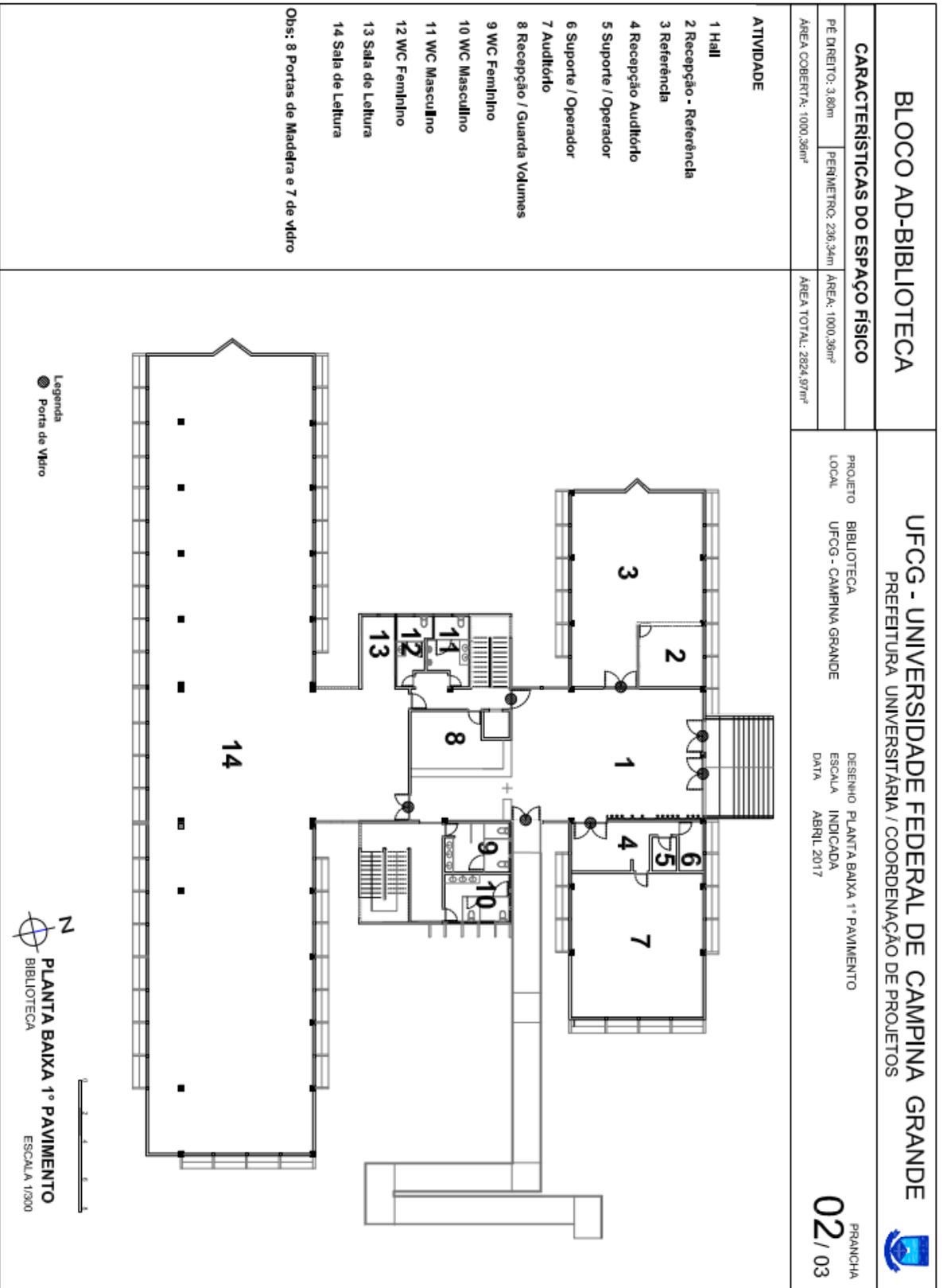
UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **UFCG disponibiliza biblioteca virtual com mais de oito mil títulos**. Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/ultimas-noticias/1925-ufcg-disponibiliza-biblioteca-virtual-com-mais-de-oito-mil-titulos.html>. Acesso em: 10 maio 2020

VASCONCELOS, M. H. S.; SONZA, A.P. Escola acessível: um direito de todos. **I seminário luso-brasileiro de educação inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão**. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-8/completo-7.pdf>. p.3, 2017. Acesso em: 23 fev. 2020.

ANEXO A

PLANTAS BAIXAS DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE:2017

BLOCO AD-BIBLIOTECA		UFCG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE PREFEITURA UNIVERSITÁRIA / COORDENAÇÃO DE PROJETOS	
CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO FÍSICO PE DIREITO: 3,68m PERÍMETRO: 233,77m ÁREA: 824,28m ² ÁREA COBERTA: 1000,36m ² ÁREA TOTAL: 2824,97m ²		PROJETO LOCAL: BIBLIOTECA UFCG - CAMPINA GRANDE DESENHO ESCALA: PLANTA BAIXA PAVIMENTO TÉRREO INDICADA DATA: ABRIL 2017	
ATIVIDADE 1 Sala de Multímidia 2 Operador 3 Recepção 4 Autoatendimento 5 Cabines Individuais 6 Periódicos 7 bibliotecários 8 WC* 9 WC* 10 Almoxeirado 11 WC Masculino 12 WC Feminino 13 Diretoria 14 Copa 15 Secretaria 16 Entrada de funcionários 17 Tecnologia da Informação 18 Processo Técnico \ Intercâmbio 19 Almoxeirado 1 20 Depósito de Livros 21 SEGICO 22 WC 23 Depósito 24 Sala de Reunião			
Obs: 26 Portas de Madeira e 10 de Vidro		PRANCHA 01 / 03 PLANTA BAIXA TÉRREO BIBLIOTECA ESCALA 1/300	



BLOCO AD-BIBLIOTECA		UFEG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE PREFEITURA UNIVERSITÁRIA / COORDENAÇÃO DE PROJETOS		PRANCHA 03 / 03	
CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO FÍSICO		PROJETO LOCAL	BIBLIOTECA UFEG - CAMPINA GRANDE	DESENHO ESCALA	PLANTA BAIXA 2º PAVIMENTO INDICADA
PE DIRETO: 3,80m	PERÍMETRO: 236,36m	ÁREA: 1000,36m ²	ÁREA TOTAL: 2824,97m ²	DATA	ABRIL 2017
<p>ATIVIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 Empréstimos de Livros 2 Recepção 3 Seção de Trabalhos Acadêmicos 4 Coleções Especiais (Recepção) 5 Coleções Especiais 6 Hall 7 Acervo de Livros 8 WC Feminino 9 WC Masculino 10 WC Masculino 11 WC Feminino 12 Informática <p>Obs: 9 Portas de Madeira e 3 de vidro</p>		<p>Legenda ● Porta de Madeira ■ Porta de Vidro</p> <p>PLANTA BAIXA 2º PAVIMENTO BIBLIOTECA ESCALA 1/200</p>			

ANEXO B

DECLARAÇÃO DE ACEITE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFPG
BIBLIOTECA CENTRAL

DECLARAÇÃO DE ACEITE

Eu, **Jesiel Ferreira Gomes**, SIAPE 1544993, Diretor do Sistemoteca da UFPG, declaro para fins de comprovação junto à UFPB/CE/MPPGAV, que autorizo a aluna mestranda Myleid Rafaelle de Lucena, regularmente matriculada sob o nº 20181007190, vinculada ao Programa Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) da UFPB, a desenvolver sua pesquisa intitulada “AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE A ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPG”, nas dependências da Biblioteca Central e seu entorno.

Campina Grande, 30 de setembro de 2019.